

Secretaria de Estado de Fazenda

Boletim de

Transparência Fiscal

1º quadrimestre | 2016



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Júlio César Carmo Bueno

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Francisco Antônio Caldas Andrade Pinto

SUBSECRETÁRIA DE FINANÇAS

Lígia Helena da Cruz Ourives

SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICA FISCAL

Josélia Castro de Albuquerque

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Antônio Carlos Rabelo Cabral

SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO

FINANCEIRA

Daniela de Melo Faria

SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES

FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Raphael Philipe Moura

SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E

ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvécio Vital da Silva

SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE

RECUSOS

Giovana dos Santos Itaborai

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Alessandro Lima da Rocha

Alexandre Emilio Zaluar

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Creusa Mattoso de Almeida

Eduardo de Andrade

Erico Palma Soares de Araujo

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Reis Pompeu de Moraes

Joana Pimentel Meneses de Farias

Leandro Diniz Moraes Pestana

Leila Klein

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloum

Luísa Regina Mazer

Marcos Buarque Montenegro

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Neusa Lourenço Silva

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação iniciada em 2008 pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, trabalho conjunto da Subsecretaria de Finanças, Subsecretaria Geral e Subsecretaria de Política Fiscal, esta última também responsável pela edição do documento. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.fazenda.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-001



SUMÁRIO

I. Economic Outlook	12
I.I The Domestic and International Context.....	12
I.II Economic Activity in Rio de Janeiro	14
I. Panorama Econômico.....	16
I.I O Contexto Internacional e Doméstico.....	16
I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro.....	19
II. Metas Quadrimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro .	21
III. Resultados Fiscais	32
III.I Resultado Orçamentário.....	32
III.II Resultado Primário	33
IV. Receita Estadual.....	34
IV.I Receitas Correntes	35
IV.I.1 Receita Tributária.....	36
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties	42
IV.I.3 Demais Receitas Correntes	45
IV.I.3.1 Receita de Transferências	47
IV.I.3.2 Transferências da União	48
IV.II Receitas de Capital	51
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro.....	53
V.I Despesa Total.....	53
V.II Créditos Adicionais	53
V.IV - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.....	60



VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	70
VI.1 Cota Financeira.....	70
VI.2 Pagamento de PD's.....	71
VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	71
VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos.....	72
VI.4.1 Características de Consumo.....	73
VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento	74
VI.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública.....	75
VI.7 Acompanhamento Financeiro de Convênios	86
VI.8 Análise de Viabilidade Econômica de PPPs	87
VI.9 Captação de Recursos.....	89



Apresentação

Este é o quadragésimo nono número do Boletim de Transparência Fiscal. Elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, é o primeiro referente ao exercício de 2016. Excepcionalmente, devido à implantação do novo sistema orçamentário, financeiro e contábil, que representa um grande avanço na Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), esta publicação se refere ao primeiro quadrimestre de 2016.

Seu objetivo é fazer chegar aos cidadãos os mecanismos de controle e dar transparência à execução do orçamento estadual - recursos arrecadados, sua origem e aplicação - a título de retorno para a sociedade.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. No cenário ideal o Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

No que diz respeito à aplicação dos recursos, importa cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos, uma das finalidades desta publicação.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”
Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.



Contábil do Rio de Janeiro - SIAFE-RJ - do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 13/05/2016.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.



RESUMO EXECUTIVO

O Estado do Rio de Janeiro fechou o 1º quadrimestre de 2016, com arrecadação das receitas totais na ordem de R\$ 22.379,01 milhões, ficando aquém da meta prevista para o quadrimestre em + 10%.

As receitas correntes apresentaram variação abaixo do esperado em 8,7% quando comparadas a meta estipulada para o quadrimestre (- R\$ 2.049,41 milhões). Apesar de as receitas tributárias terem apresentado acréscimo de 5,6% (+ R\$ 847,80 milhões) em relação ao mesmo período de 2015 e de constituir-se em uma das principais fontes de arrecadação, não foram capazes de compensar os decréscimos apresentados pelas Receitas de Contribuições (- R\$ 418,87 milhões) e Patrimonial (- R\$ 621,33 milhões), influenciando o resultado abaixo da meta estipulada para o período. O principal tributo, o ICMS, apresentou acréscimo de R\$ 656,29 milhões (+ 6,4%) em relação ao mesmo período de 2015.

Com relação às receitas de capital, o desempenho foi acima do auferido no 1º quadrimestre de 2015 (+ 33,7%), porém ficou abaixo da meta esperada para o período em 2016 (- 32,0%). As receitas de amortização de empréstimos e de transferências de capital foram as principais influenciadoras para o descumprimento da meta no quadrimestre, ficando abaixo da meta quadrimestral em 85,2% e 92,9%, respectivamente.

Quanto ao balanço orçamentário, o 1º quadrimestre de 2016 fechou com déficit de R\$ 4.058,33 milhões, o que ocasionou uma variação negativa de 77,9% em relação ao mesmo período de 2015. Tal resultado decorreu do déficit corrente, de capital e intraorçamentário de R\$ 2.597,13 milhões, R\$ 741,06 milhões e R\$ 720,15 milhões, respectivamente.

As contas públicas fluminenses apresentaram déficit primário de R\$ 2.680,83 milhões no 1º quadrimestre, por conta da prevalência das despesas primárias ou, despesas não financeiras, frente às receitas primárias ou não financeiras no período.

No quadrimestre corrente, a execução das receitas de petróleo apresentou decréscimo de 33,5%, alcançando R\$ 1.122,67 milhões. Desmembrando a receita de petróleo, observa-se que a variação negativa ocorreu tanto na receita de royalties quanto na de participações especiais, que caíram 20,1% (- R\$ 145,56 milhões) e 43,6% (- R\$ 420,39 milhões), respectivamente, influenciadas, segundo dados da ANP, basicamente, pela redução da produção e do preço do *brent* no período.

As despesas do ERJ para o exercício 2016 foram fixadas na Lei Orçamentária Estadual em R\$ 75,77 bilhões, uma redução de R\$ 2,57 bilhões (-3,3%) frente à Lei Orçamentária 2015, desconsideradas as despesas intraorçamentárias.

Até o 1º quadrimestre do ano, a dotação alcançou R\$ 79,18 bilhões, uma expansão orçamentária de R\$ 3,41 bilhões (+4,5%) frente autorização inicial. Contudo, diante do contexto de incertezas econômicas e frustração da capacidade arrecadatória, R\$ 17,46 bilhões permanecem contingenciados, valor equivalente a 22,1% do orçamento.

Esta expansão orçamentária foi provida pela abertura de créditos adicionais: R\$ 2,19 bilhões por meio de Operações de Crédito. O maior acréscimo foi registrado na função Urbanismo (R\$ 1,26 bilhão), dos quais



R\$ 1,12 bilhão foi por meio de Operações de Crédito. A função apresentou aumento de 83,6% em seu orçamento original. No tocante às ações desenvolvidas, a maior variação ocorreu no projeto Implantação de Projetos de Infraestrutura (aumento de R\$ 463,61 milhões) e no projeto Bairro Novo/Asfalto na porta (crescimento de R\$ 397,04 milhões). Outra função em destaque no período foi Transporte Público: complemento de R\$ 1,00 bilhão, montante alocado no projeto Implantação de Novas Linhas Metroviárias.

Em relação à execução, foram liquidados R\$ 17,00 bilhões no Poder Executivo e R\$ 1,87 bilhões nos Outros Poderes, totalizando R\$ 18,87 bilhões, excluídas as despesas intraorçamentárias e as empresas públicas independentes (CEDAE e Imprensa Oficial). Este montante é 1,0% menor que o verificado no mesmo período de 2015.

As Despesas Correntes do ERJ liquidadas até o momento indicaram aumento de 5,1% ante 2015. Foram R\$ 17,21 bilhões nesse primeiro quadrimestre. O grupo Outras Despesas Correntes apresentaram R\$ 10,10 bilhões em despesas liquidadas, aumento de 12,6% frente os dados do mesmo período de 2015. Os recursos aplicados em Investimentos e Inversões Financeiras somaram R\$ 847 milhões, redução de 40,6% ante 2015.

No aspecto dos índices constitucionais, todos os índices sofreram quedas quando comparados aos indicadores do último exercício. A restrição financeira leva o Estado a reduzir o ritmo de execução orçamentária.



EXECUTIVE SUMMARY

The state of Rio de Janeiro closed the 1st quarter of 2016 with total revenues of R\$ 22,379.01 million, falling short of the target set for four months at + 10%.

Current revenue showed variation lower than expected at 8.7% compared to the target set for four months (- R\$ 2,049.41 million). Although tax revenues have shown growth of 5.6% (+ R\$ 847.80 million) in the same period of 2015 and constitute in one of the main sources of revenue, it was not able to offset the decrease presented by Contributions Revenue (- R\$ 418.87 million) and Balanced Budget (- R\$ 621.33 million), influencing the result below the target set for the period. The main tax, the ICMS, introduced R\$ 656.29 million increase (+ 6.4%) over the same period 2015.

Regarding to Capital Revenue, the performance was above the 1st quarter of 2015 (+ 33.7%), but was below the expected target for the period in 2016 (- 32.0%). The loan amortization revenue and capital transfers were the main influencers for noncompliance with the goal in the quarter, below the quarterly target in 85.2% and 92.9%, respectively.

The balanced budget, in the 1st quarter of 2016 closed with R\$ 4.05833 billion deficit, which led to a negative growth of 77.9% over the same period of 2015. This result was due to the current deficit, capital and intrabudgetary of R\$ 2,597.13 million, R\$ 741.06 million and R\$ 720.15 million, respectively.

The Rio de Janeiro public accounts showed a primary deficit of R\$ 2,680.83 million in the 1st quarter, due to the prevalence of primary expenditure or non-interest expenses, compared to primary income or non-financial in the period.

In the current quarter, the execution of oil revenues decreased by 33.5% to R\$ 1,122.67 million. Breaking apart the oil revenues, it is observed that the negative variation occurred both in royalties revenue as in the special participations, which fell 20.1% (- R\$ 145.56 million) and 43.6% (- R\$ 420.39 million), respectively, influenced, according to the ANP, primarily by the reduction of the production and the price of brent in the period.

For the year 2016, the public expenditures were fixed in R\$ 75.8 billion. The State Budget Law showed a decrease (-3.3%) when compared to 2014 Budget Law.

In the 1st quarter, the authorized expenditure reached R\$ 79.2 billion, a budgetary expansion of R\$ 3.4 billion (+4.5%). However, R\$ 17.5 billion remained contingent (22.1% of the authorized Law). This budgetary expansion was driven by additional credits in the law, of which, the largest one took place in Urbanism (R\$ 1.26 billion) by R\$ 1.12 billion with Credit.

Until this moment, the execution flow registered R\$ 17.0 billion (liquidated expenditures by the Executive Branch) and R\$ 1.9 billion by Other Branches, totaling R\$ 18.9 billion. The intrabudgetary expenditures and independent public companies (CEDAE and Official Press) were excluded of this analysis. This amount is 1.0% lower than 2015 (at same period).

The current expenditure executed until April (R\$ 17.2 billion) showed an increase of 5.1% when compared to 2015. The group Other Current Expenditures showed R\$ 10.1 billion of liquidated expenses, an increase rate of 12.6%. The resources allocated in Investment and Financial Investments reached R\$ 847 million, a decrease of 40.6%.



In the aspect of the constitutional indexes, all of them showed decreases when compared to the same period of the last year. The financial restriction obliges the State to reduce the rhythm (Treasure capacity) of Budget Law.



I. Economic Outlook

I.I The Domestic and International Context¹.

Since the world began to recover from the financial crisis of 2008, the World Bank and the International Monetary Fund have repeatedly proven to be very optimistic about the world economy, frequently reducing their forecasts. The latest World Bank² projection is more pessimistic (+2.4%) than the IMF perspective (+3.2%) for global growth this year. Since then, it has become clear that the low commodities prices continue undermining many developing countries whose economies depend on exports of these products. And the advanced economies are still struggling to gain momentum as they deal with an aging workforce and stagnant productivity.

In the US, the Fed decided not to raise interest rates in June, after the disappointing data from the labor market in May. The bank also cut its forecast for US economic growth in 2016 to 2%, prior 2.2%. This is the second time this year that the Fed reduced its growth expectations – the forecast in December was 2.4%. Note that any movement in interest rates impacts millions of Americans, not to mention the global economy. With rising interest rates, mortgage rates will increase, as well as making more expensive the debt on credit cards and car loans, reducing the available income for consumption. Thus, the increase in rates is usually a sign that the economy is more stable. As for inflation, the central bank raised its forecast to 1.4% this year from 1.2% in March. For the next meeting in July, the expectations of any change in interest rates are low.

In the Eurozone, the economic activity recovery remains moderate, with GDP growth reaching 1.7% in 2017. The monetary stimulus and low oil prices have increased domestic demand, but the slowdown in emerging market economies reduced exports. Unemployment, meanwhile, continues to reduce in a modest and uneven pace across countries. The accommodative monetary policy should continue until inflation is close to the target of 2% pa. As regards the United Kingdom in particular, the risk related to Brexit will impact the national income and the trade in the Eurozone. At the moment of moderate global growth, there are fears that the European economy can be pushed to a new recession with Brexit, and perhaps the global economy as well.

In China, economic growth should shrink from 6.5% in 2016 to 6.2% in 2017. Business investment, which boosted GDP growth for several years, should retract due to excess capacity. On the other hand, the increase in infrastructure spending should partially offset this fall. The reduction in excess capacity will ease the downward pressure on producer prices, but inflation of consumer prices remains low. Consumption, in turn, will continue oscillating. The adopted monetary policy aimed at reducing financing costs and provide adequate liquidity; at the same time, fiscal policy is flexible.

In Brazil, Gross Domestic Product (GDP) showed negative variation of 0.3% in the 1st quarter of 2016 compared to the last quarter of 2015, and the 5th consecutive negative result in this seasonally adjusted

¹ This analysis uses data available to June 24, 2016.

² WB Global Economic Prospects, June 2016.



basis. Over the same period of 2015, there was a contraction of 5.4% in the first quarter of the year, which represented the 8th fall then this comparison. Accumulated in the four quarters ending in the first quarter of 2016, GDP fell by 4.7%, the biggest contraction in the series, which began in 1996.

With a slightly smaller drop than expected by the market (on average), the result of GDP in the 1st quarter 2016 (over the 4th of 2015) was mainly influenced by the performance of 'Industry' (-1.2%) and 'Services' (-0.1%), with highlights to: 'Oil and Mining' (-1.1%) and 'Construction' (-1.0%), in industry; and 'Trade' (-1.0%) in services. 'Manufacturing industry' registered the 6th consecutive negative result (-0.3%). On the demand side, the highlights were the falls of 2.7% in 'Gross fixed capital formation' (10th consecutive decrease) and 1.7% in 'Household consumption' (5th consecutive decrease)

The reversal of the continued decline of economic indicators to a sustainable growth is still uncertain, even for 2017. However, there are already signs of stabilization: expectations of entrepreneurs and consumers have improvements (especially the first) and are showing gradually recovery of confidence. The sector that appears to have reached its 'bottom' is the manufacturing industry, which should shrink much less in 2016 than expected in previous estimates (jumped from -8.4% to -6.5%). The services sector recorded improvement in the forecasts for the end of the year (-2.8% to -2.6%). At the same time, a more robust progress becomes impaired due to trade, which will have a slower recovery depending on the decline in employment, income and credit. Even so, the new projections for the manufacturing industry and services were sufficient for a slightly smaller drop in GDP at the end of the year: from -3.8% in May to -3.5% in June. For 2017, there is a sign of stability (growth close to zero) due to the decrease in net exports in the coming year (with the downturn in world trade), and other factors on the demand side, as the 'household consumption' which should take a little longer to recover³.

The Balance of Trade registered a US \$ 4.9 billion surplus in April 2016, the highest for the month since the start of the series. With the continuity of the depreciated exchange rate and the increase in export volume of agricultural commodities, exports recorded the second positive rate in the year in April (+1.4%) despite the price drop of mineral commodities. In imports, another (big) fall in April (-28.3%) due to the decline in domestic economic activity and also the depreciated exchange rate. YTD through April, the balance was US \$ 13.2 billion, with highlights in exports and imports, respectively, 'Soy beans' (+42.7%) and 'Cars' (-52.6%).

The IPCA in April varied 0.61%, above the March rate (0.43%). Considering the first four months of the year, the index stood at 3.25%, a percentage lower than the 4.56% recorded in the same period in 2015. In 12 months, the rate reached 9.28%, below the 9.39% for the preceding 12 months. Highlights for the month are 'Food and Beverage' (+1.09%) and 'Health and special care' (+2.33%), which together accounted for 89% of the variation of the index in the month. Market expectations are for lower inflation in 2016 (+7.25%)⁴ compared to 2015 (+10.67%), largely explain by the strong correction in controlled prices in 2015.

In the mobile quarter ended in April, according to the Continuous National Household Survey, the unemployment rate (11.2%) increased over the quarter ended in January (9.5%) and also in relation to the

³ IBRE/FGV, May and June 2016.

⁴ Focus Bulletin of June 17, 2016.



same period in 2015 (8.0%). This was the highest unemployment rate since the beginning of the survey (January 2012). The unemployed population (11.4 million people) grew in both comparisons: 18.6% (or more 1.8 million) over the quarter ended in January 2016; and 42.1% (more than 3.4 million unemployed persons) over the same quarter 2015.

The collection of federal revenues in January-April 2016 reached R \$ 423.9 billion, real decrease of 7.91% over the year 2015. This result was significantly influenced by the extraordinary collection in February 2015, rising rates of social security contribution (partial reversal of the unburdening of Payroll), rising rates of PIS/COFINS and CIDE levied on gasoline and diesel, and the performance of the main macroeconomic indicators that influence tax revenues. Emphasis on the fall of 19.7% over Tax on Import and on the fall of 17.6% over Tax on Industrialized Products (IPI).

I.II Economic Activity in Rio de Janeiro

In the first four months of 2016, Rio de Janeiro Industry fell 9.9%, over the same period last year. This percentage is due to the decrease of 10.1% in Manufacturing Industry and of 9.3% in Extractive Industry. The lower dynamism was particularly influenced by factors related to the decrease in the production of capital goods (especially transport equipment) and intermediate goods. The reduction in 'Oil and Mining' in the state of Rio de Janeiro, after presenting positive results over 2015, is due to scheduled maintenance stoppages at Petrobras platforms.

In the manufacturing industry, stands out the wide downturn, given that ten of the thirteen activities in which is subdivided show drop in production. The main negative impacts came from 'other transport equipment, except motor vehicles' (-64.6%), 'metallurgy' (-27.6%), 'vehicles, trailers and bodies' (-24.0%), and 'pharmaceutical chemicals' (-25.5%). These activities were pressured mainly by lower production of vessels, including platforms; products of carbon steel; trucks and buses; and medicines, respectively.

Retail Sales (restricted) also retracted in Rio de Janeiro, showing a drop of 7.6% in the first four months of the year, over the previous year. Analyzing by activity, only two of them had positive change: 'equipment and office supplies, computer and communication' (+7.0%) and 'pharmaceutical, medical, orthopedic and perfumery articles' (+2.8%). In the other activities, sales retreated, especially 'furniture and household appliances' (-19.2%), 'other articles of personal and domestic use' (-13.4%), and 'textiles, clothing and footwear' (-12.3%). Expanded retail sales, in turn, decreased 11.5% in the period, especially 'vehicles, motorcycles, parts and accessories' (-16.6%) and 'building material' (-24.2%). The negative result in the retail sales is influenced by low consumer confidence, downturn in economic activity and committed household income.

The service sector in the state appears with a decline of 3.5% in 2016. The highlights are the 'professional, administrative and complementary' (-5.2%) and 'transport, auxiliary services to transportation and mailing' (-4.0%). It is observed that all activities shrank in the period.



Exports made by RJ reached US \$ 4.1 billion in January-April 2016, a decrease of 17.2% compared to 2015. This result is due to reduced operations with Basic products (-30.6%), representing 50% of total export in the period. Also noteworthy the operations with industrialized products, which increased by 8.4%, representing 46% of the total. On the import side, goods receipt also reduced considerably (-26.5%) to US \$ 4.0 billion. Reductions are observed in operations with industrialized products (-26.6%), representing 86% of total import in the period. The balance for the period was a surplus of US \$ 104.5 million, first positive result in the period since 2012.

The IPCA index in the state of Rio de Janeiro increased by 3.45% in the first four months of 2016. The groups with the highest increases in the year were Education (8.8%), Food and Beverages (5.4%) and Transport (4.8%). The increase in the Education is a result of adjustments carried out at the beginning of the school year. In the Food and Beverages, the index was driven by tubers, roots and vegetables (23.8%), vegetables and greens (24.0%) and fruits (30.8%). In Transport, the increase was driven by adjustments in urban bus, taxi, train and intercity bus fares. There were groups that showed deflation: Clothing (-0.2%) and Housing (-0.6%).

The labor force in Rio de Janeiro increased by 2.7% in the first quarter of 2016, while the employed population in the state shrank 1.1%. Stand out 'Employee in the private sector, excluding domestic workers' and 'Employed in the public sector', which fell by 4.3% and 1.6%, respectively. On the other hand, increased by 8.1% Self-employment. The combination of movements culminated in the rise of the unemployment rate in Rio de Janeiro: the rate in the first quarter of 2016 was 10.0 and in the same period in 2015, 6.6. It is observed that the unemployed population in the state increased by 57%.

Assessing the economic activities in the period, the occupation in Rio de Janeiro was driven by hiring in 'Public administration, defense, social security, education, human health and social services' (+5.0%), corresponding to 20% of the average occupancy in 2015. On the other hand, in activities where there was a decrease of the occupation, emphasis on 'Trade, repair of motor vehicles and motorcycles' (-4.2%), corresponding to 18% of total occupation, 'Information, communication and financial, real estate, professional and administrative activities' (-8.9%), corresponding to 14%, and 'General Industry' (-8.0%), corresponding to 10%. As for the average real income in the state (in February 2016 prices), there was an increase of 4.6% in 2016 over the previous year.

Addressing only registered workers, the CAGED data show that in the first four months of 2016 there were net disconnections in Rio de Janeiro totaling of 73,331 jobs, more intense result than in the previous year (60,240 net disconnections in 2015). The situation in 2016 is due to the volume of net disconnections in the 'Services' sector, reducing 21,877 jobs (reduction of 9,621 in the same period of 2015).



I. Panorama Econômico

I.I O Contexto Internacional e Doméstico⁵.

Desde que o mundo começou a recuperar da crise financeira de 2008, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional têm repetidamente provado ser muito otimistas sobre a economia mundial, precisando rebaixar suas projeções frequentemente. A última previsão do Banco Mundial⁶ é mais pessimista (+2,4%) que a perspectiva do FMI⁷ (+3,2%) para o crescimento global neste ano. Desde então, tornou-se mais claro que os baixos preços das commodities continuam prejudicando muitos países em desenvolvimento, cujas economias dependem das exportações desses produtos. E as economias avançadas ainda estão lutando para ganhar impulso à medida que lidam com o envelhecimento da força de trabalho e produtividade estagnada.

Nos EUA, o Fed decidiu não elevar os juros em junho, após os dados desanimadores do mercado de trabalho em maio. O banco também cortou sua previsão para o crescimento econômico dos EUA em 2016 para 2%, antes em 2,2%. Esta é a segunda vez este ano que o Fed reduz suas expectativas de crescimento – a projeção em dezembro foi de 2,4%. Observa-se que qualquer movimento nas taxas de juros impacta milhões de americanos, para não mencionar a economia global. Com o aumento dos juros, as taxas de hipoteca subirão, além de encarecer a dívida em cartões de crédito e empréstimos de carro, reduzindo a renda disponível para consumo. Assim, o aumento das taxas é geralmente um sinal de que a economia está mais estável. Quanto à inflação, banco central aumentou sua estimativa para 1,4% este ano, ante 1,2% em março. Para a próxima reunião em julho, as expectativas de qualquer mudança nas taxas de juros são baixas.

Na Zona do Euro, a recuperação da atividade econômica continua moderada, com o crescimento do PIB atingindo 1,7% em 2017. O estímulo monetário e a baixa dos preços do petróleo têm aumentado a demanda interna, mas a desaceleração nas economias de mercado emergentes reduziu as exportações. O desemprego, por sua vez, continua se reduzindo em um ritmo modesto, e assimétrico entre os países. A política monetária acomodatícia deve continuar até que a inflação se aproxime da meta de 2% a.a. Em relação ao Reino Unido, em especial, há o risco relacionado ao Brexit, que impactará a renda nacional e o comércio da Zona do Euro. No momento atual de crescimento global moderado, há temores de que a economia europeia pode ser empurrada para uma nova recessão com o Brexit, e talvez a economia global também.

Na China, o crescimento econômico deve retrair de 6,5% em 2016 para 6,2% em 2017. O investimento empresarial, que impulsionou o crescimento do PIB por vários anos, deve retrair devido ao excesso de capacidade instalada. Por outro lado, o aumento de gastos em infraestrutura deve compensar parcialmente esta queda. A redução do excesso de capacidade vai aliviar a pressão descendente sobre os preços na produção, mas a inflação de preços ao consumidor permanecerá baixa. O consumo, por sua

⁵ Esta análise utiliza dados disponíveis até 24/06/2016.

⁶ WB Global Economic Prospects, Junho 2016.

⁷ FMI World Economic Outlook, Abril 2016.



vez, continuará oscilante. A política monetária adotada visa reduzir os custos de financiamento e fornecer liquidez adequada; ao mesmo tempo, a política fiscal é flexível.

No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou variação negativa de 0,3% no 1º trimestre de 2016 em relação ao último trimestre de 2015, sendo o 5º resultado negativo consecutivo nesta base dessazonalizada. Em relação a igual período de 2015, houve contração de 5,4% no primeiro trimestre do ano, o que representou a 8ª queda seguida nesta comparação. No acumulado dos quatro trimestres terminados no primeiro trimestre de 2016, o PIB registrou queda de 4,7%, a maior da série histórica, iniciada em 1996.

Com uma queda um pouco menor que a esperada pelo mercado (na média), o resultado do PIB no 1º trimestre de 2016 (ante o 4º de 2015) foi influenciado, principalmente, pelo desempenho da 'Indústria' (-1,2%) e 'Serviços' (-0,1%), com destaques para: 'Extrativa mineral' (-1,1%) e 'Construção civil' (-1,0%), pelo lado da indústria; e 'Comércio' (-1,0%), em serviços. 'Indústria de transformação' registrou o 6º resultado negativo consecutivo (-0,3%). Pela ótica da demanda, destaques para as quedas de 2,7% em 'Formação bruta de capital fixo' (10ª queda seguida) e de 1,7% em 'Consumo das famílias' (5º recuo consecutivo).

A reversão da queda contínua dos indicadores econômicos para um crescimento sustentado ainda é incerta, mesmo para 2017. No entanto, já existem sinais de estabilização: expectativas de empresários e consumidores apresentam melhorias (principalmente dos primeiros) e vêm mostrando, aos poucos, a recuperação da confiança. O setor que parece ter atingido o "fundo do poço" é a indústria de transformação, que deve retrair bem menos em 2016 que o esperado nas estimativas anteriores (saltou de -8,4% para -6,5%). O setor de serviços registrou melhora nas estimativas para o término do ano (-2,8% para -2,6%). Ao mesmo tempo, um avanço mais robusto fica comprometido em função do comércio, que terá uma recuperação mais lenta em função dos indicadores de emprego, renda e crédito ainda em queda. Mesmo assim, as novas estimativas para a indústria de transformação e serviços foram suficientes para uma queda um pouco menor do PIB ao final do ano: de -3,8% em maio, para -3,5% em junho. Para 2017, há um sinal de estabilidade (crescimento próximo de zero) em função da diminuição das exportações líquidas no ano que vem (com o arrefecimento do comércio mundial), além de outros fatores pelo lado da demanda, como o 'consumo das famílias' que deve demorar um pouco mais para se recuperar⁸.

A balança comercial registrou superávit de US\$ 4,9 bi em abril de 2016, o maior para o mês desde o início da série histórica. Com a continuidade do câmbio depreciado e aumento do volume exportado de commodities agrícolas, as exportações registraram a segunda alta no ano em abril (+1,4%) apesar da queda de preço das commodities minerais. Nas importações, mais uma (grande) queda em abril (-28,3%) em virtude da queda da atividade econômica doméstica e também do câmbio depreciado. No acumulado até abril, saldo de US\$ 13,2 bi, com destaques nas exportações e importações de, respectivamente, 'Soja' (+42,7%) e 'Automóveis' (-52,6%).

O IPCA de abril variou 0,61%, ficando acima da taxa de março (0,43%). Considerando os quatro primeiros meses do ano, o índice situou-se em 3,25%, percentual inferior aos 4,56% registrados em igual período de

⁸ IBRE/FGV de maio e junho de 2016.



2015. No acumulado em 12 meses, a taxa foi para 9,28%, abaixo dos 9,39% relativos aos 12 meses imediatamente anteriores. Os destaques para o mês são 'Alimentação e bebidas' (+1,09%) e 'Saúde e cuidados especiais' (+2,33%), que juntos representaram 89% da variação do índice no mês. Expectativas de mercado atuam no sentido de desaceleração dos preços em 2016 (+7,25%)⁹ em relação à 2015 (+10,67%), muito em função da forte correção dos preços controlados em 2015.

No trimestre móvel encerrado em abril, de acordo com a PNAD Contínua, a taxa de desocupação (11,2%) cresceu em relação ao trimestre encerrado em janeiro (9,5%) e também em relação ao mesmo período de 2015 (8,0%). Essa foi a maior taxa de desocupação desde o início da pesquisa (janeiro de 2012). A população desocupada (11,4 milhões de pessoas) cresceu em ambas as comparações: 18,6% (ou mais 1,8 milhão de pessoas) em relação ao trimestre encerrado em janeiro 2016; e 42,1% (mais 3,4 milhões de pessoas desocupadas) em relação ao mesmo trimestre de 2015.

A arrecadação de tributos pela Receita Federal em janeiro-abril 2016 alcançou R\$ 423,9 bilhões, queda real de 7,91% em relação ao ano de 2015. O resultado do ano foi significativamente influenciado pela arrecadação extraordinária em fevereiro 2015, elevação das alíquotas da Contribuição Previdenciária (reversão parcial da desoneração da Folha de Pagamentos), elevação das alíquotas de PIS/Cofins e CIDE incidentes sobre gasolina e diesel, e o desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de impostos. Destacam-se a queda de 19,7% do Imposto Sobre Importação e a queda de 13,5% do imposto sobre produtos industrializados (IPI).

⁹ Boletim Focus de 17/06/2016.



I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro

A Indústria fluminense Janeiro-abril 2016 do ano caiu 9,9% em relação ao mesmo período no ano anterior. Este percentual é devido ao recuo de 10,1% na Indústria de Transformação e ao de 9,3% da Indústria Extrativa. O menor dinamismo foi particularmente influenciado por fatores relacionados à diminuição na fabricação de bens de capital (em especial aqueles voltados para equipamentos de transportes) e bens intermediários. A redução da produção da indústria extrativa no estado do Rio de Janeiro, após apresentar resultados positivos ao longo de 2015, é devido às paradas programadas para manutenção em plataformas da Petrobrás.

Na indústria de transformação, destaca-se a retração ampla, tendo em vista que dez das treze atividades em que é subdividida mostraram queda na produção. Os principais impactos negativos vieram de 'Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores' (-64,6%), 'Metalurgia' (-27,6%), 'Veículos automotores, reboques e carrocerias' (-24,0%), e 'Produtos farmoquímicos e farmacêuticos' (-25,5%). Estas atividades foram pressionadas, sobretudo pela menor fabricação de embarcações, inclusive plataformas; produtos de aços ao carbono; de caminhões e ônibus; e medicamentos, respectivamente.

O comércio varejista (restrito) também retraiu no Rio de Janeiro, apresentando queda de 7,6% no primeiro quadrimestre do ano, na comparação com o ano anterior. Analisando por atividade, no ano, apenas duas atividades apresentaram variação positiva: 'Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação' (+7,0%) e 'Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos' (+2,8%). Nas demais atividades as vendas retrairam, destacando-se 'Móveis e eletrodomésticos' (-19,2%), 'Outros artigos de uso pessoal e doméstico' (-13,4%), e 'Tecidos, vestuário e calçados' (-12,3%). O comércio varejista ampliado, por sua vez, decresceu 11,6% no período, com destaque para 'Veículos, motocicletas, partes e peças' (-16,6%) e 'Material de construção' (-24,2%). O resultado negativo no comércio varejista é influenciado pela baixa confiança dos consumidores, pelo menor ritmo da atividade econômica e pelo comprometimento da renda familiar.

O setor de serviços no estado aparece com queda de 3,5% em 2016. Os destaques são os 'Serviços profissionais, administrativos e complementares' (-5,2%) e 'Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio' (-4,0%). Observa-se que todas as atividades retrairam no período.

As exportações realizadas pelo RJ alcançaram US\$ 4,1 bilhões no período janeiro-abril de 2016, redução de 17,2% em relação a 2015. Este resultado é devido à redução das operações com produtos Básicos (-30,6%) que representam 50% do valor total comercializado no período. Destacam-se também as operações com produtos Industrializados, as quais aumentaram 8,4%, representando 46% do total. Do lado das importações, a entrada de mercadorias reduziu consideravelmente (-26,5%), alcançando US\$ 4,0 bilhões. São observadas reduções nas operações com produtos Industrializados (-26,6%), que representam 86% do valor total comercializado no período. O saldo no período foi de superávit de US\$ 104,5 milhões, primeiro resultado positivo no período desde 2012.

O IPCA no Estado do Rio de Janeiro cresceu 3,45% no primeiro quadrimestre de 2016. Os grupos que apresentaram as maiores altas no ano foram Educação (8,8%), Alimentação e bebidas (5,4%), e Transportes (4,8%). O aumento no grupo Educação é consequência dos reajustes praticados no início do



ano letivo. No grupo Alimentação e Bebidas, o índice foi puxado por Tubérculos, raízes e legumes (23,8%), Hortaliças e Verduras (24,0%) e Frutas (30,8%). Em Transportes, o aumento foi puxado pelos reajustes das tarifas de ônibus urbano, táxi, trem e ônibus intermunicipal. Houve grupos que apresentaram deflação: Vestuário (-0,2%) e Habitação (-0,6%).

A força de trabalho no Rio de Janeiro cresceu 2,7% no primeiro trimestre de 2016, enquanto a população ocupada no estado encolheu 1,1%. Destacam-se 'Empregado no setor privado, exclusive os trabalhadores domésticos' e 'Empregado no setor público', que apresentaram queda de 4,3% e 1,6%, respectivamente. Por outro lado, aumentaram em 8,1% os trabalhadores em 'Conta própria'. A combinação dos movimentos culminou no aumento da taxa de desocupação no Rio de Janeiro: a taxa no primeiro trimestre de 2016 foi 10,0 e no mesmo período em 2015, 6,6. Observa-se que a população desocupada no estado aumentou 57%.

Avaliando os setores econômicos no período, a ocupação no Rio de Janeiro foi impulsionada pelas contratações na atividade 'Administração pública, defesa, segurança social, educação, saúde humana e serviços sociais' (+5,0%), correspondendo a 20% da ocupação média do ano. Por outro lado, nas atividades onde houve recuo da ocupação, destaque para 'Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas' (-4,2%), correspondendo a 18% da ocupação total, 'Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas' (-8,9%), correspondendo a 14%, e 'Indústria Geral' (-8,0%), correspondendo a 10%. Quanto ao rendimento médio real no estado (a preços de fevereiro de 2016), houve aumento 4,6% em 2016 em relação ao ano anterior.

Tratando apenas dos empregos com carteira assinada, os dados do CAGED mostram que no primeiro quadrimestre de 2016 houve desligamentos líquidos no Rio de Janeiro no total de 73.331 postos, resultado mais intenso que o observado no ano anterior (60.240 desligamentos líquidos em 2015). A situação em 2016 é decorrente do volume de desligamentos líquidos no setor de 'Serviços', reduzindo 21.877 postos de trabalho (redução de 9.621 no mesmo período de 2015).



II. Metas Quadrimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas quadriestrais de arrecadação para 2016 foram divulgadas no Anexo I da Resolução SEFAZ N° 974 de 16 fevereiro de 2016.

- Receita Total Realizada

Quadrimestre: R\$ 22.379,01 milhões / 90,0% da meta realizada.

Tabela 1

**METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EM 2016.**

Metas de Receita

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JAN - ABR) 2016	RECEITA REALIZADA (JAN - ABR) 2016	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	23.511,82	21.462,41	91,3%
RECEITAS DE CAPITAL₍₁₎	1.347,22	916,59	68,0%
TOTAL	24.859,04	22.379,01	90,0%

Fonte: SIAFERO - 12/05/2016.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes¹⁰ são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais que não decorrem de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas.

Já as receitas de capital¹¹ são as entradas de recursos financeiros decorrentes de atividades operacionais ou não operacionais derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente.

A receita total realizada, no 1º quadrimestre de 2016 atingiu 90,0% da meta e somou o montante de \$ 22.379,01 milhões.

¹⁰ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 24, 4ª Edição.

¹¹ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 27, 4ª Edição.

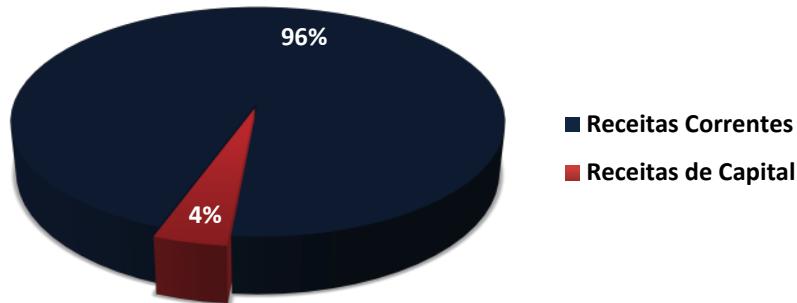


A receita total realizada, no 1º quadrimestre de 2016, atingiu o montante de R\$ 22.379,01 milhões, valor que ficou abaixo da meta estipulada para o período em 10,0% ou; R\$ 2.480,03 milhões.

A frustração da meta, no bimestre, ocorreu, tanto por conta das receitas correntes e de capital que não atingiram a meta estabelecida. As receitas correntes totalizaram R\$ 21.462,41 milhões, 91,63% da meta do bimestre. Já as receitas de capital somaram R\$ 916,59 milhões, 68,0% da meta determinada para o bimestre. Mais informações acerca das Receitas Correntes na seção IV.

Gráfico 1

Composição da Receita Total 1º Quadrimestre



Fonte SIAFE RIO

**- Receita Corrente Realizada****Quadrimestre: R\$ 21.462,41 milhões / 91,3% da meta realizada.**

Tabela 2
**METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 EM 2016.**

Metas de Receita

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JAN - ABR) 2016	RECEITA REALIZADA (JAN - ABR) 2016	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	23.511,82	21.462,41	91,3%
TRIBUTÁRIA	16.775,16	15.972,95	95,2%
CONTRIBUIÇÕES	670,72	182,28	27,2%
PATRIMONIAL	1.303,09	1.389,41	106,6%
AGROPECUÁRIA	0,21	0,01	3,3%
INDUSTRIAL	62,12	49,09	79,0%
SERVIÇOS	208,97	98,52	47,1%
TRANSF. CORRENTES	2.248,27	2.188,57	97,3%
OUTRAS	937,67	1.152,24	122,9%
INTRAORÇAMETÁRIA	1.305,60	429,35	32,9%

Fonte: SIAFERO - 12/05/2016.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes são classificadas nos seguintes níveis de origem¹²:

- Receita Tributária: Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- Receita de Contribuições: Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- Receita Patrimonial: Rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.
- Receita Agropecuária: Receita da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal.

A receita corrente alcançou, no 1º quadrimestre de 2016, o valor de R\$ 21.462,41 milhões.

¹² Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 25, 4ª Edição.



- e) Receita Industrial: Receita da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, definidas como atividades industriais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- f) Receita de Serviços: Receita da prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, portuária, armazenagem, inspeção e fiscalização, judiciária, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade e outros serviços.
- g) Transferência Corrente: Ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.
- h) Outras Receitas Correntes: Ingressos correntes provenientes de outras origens não classificáveis nas anteriores.

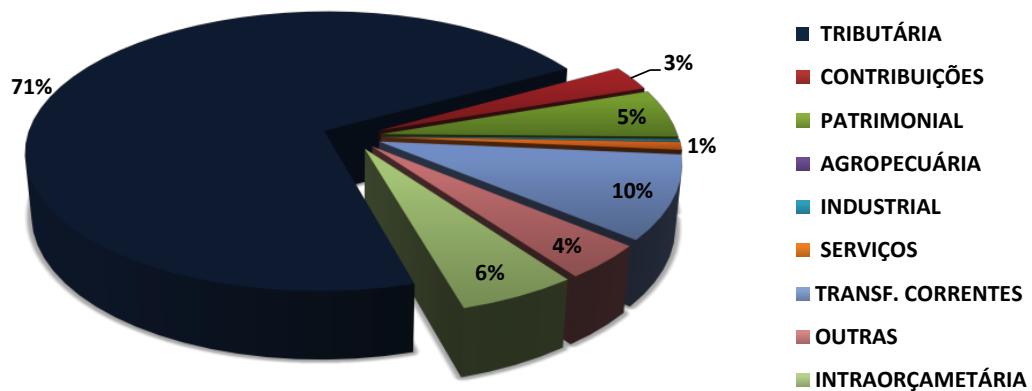
As Receitas Correntes, no 1º quadrimestre de 2016, totalizaram R\$ 21.462,41 milhões, o que representa 91,3% da meta estipulada para o período. Considerando que as metas foram conservadoras, adequadas à expectativa do cenário econômico desenhado, o rendimento abaixo do esperado para as Receitas Correntes está diretamente relacionado às Receitas Tributárias, considerado fraco dada à aprovação pelo Poder Legislativo do realinhamento de determinadas alíquotas no final de 2015. As receitas derivadas de tributos constituem a principal receita do Estado e arrecadaram 95,2% da meta projetada para o período, atingindo o valor de R\$ 15.972,95 milhões. Este desempenho pode ser atribuído à retração na atividade econômica, em função da crise que atinge o país.

Já as Outras Receitas Correntes apresentaram um bom desempenho, totalizando no período R\$ 1.152,24 milhões, 122,9% da meta estabelecida. Este resultado foi obtido devido ao fluxo de recursos da Dívida Ativa, que continua ocorrendo normalmente, uma vez que ainda não foi concluído o processo de securitização dos créditos inscritos.



Gráfico 2

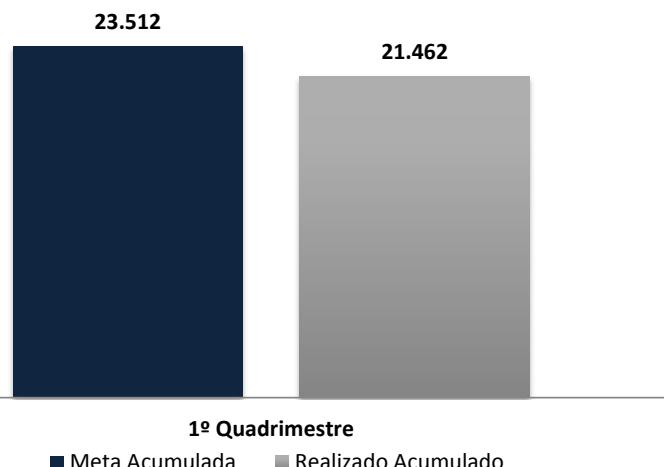
Composição da Receita Corrente Realizada 1º Quadrimestre



Fonte SIAFE RIO

Gráfico 3

Receita Corrente Acumulada - Meta x Realizado (em R\$ milhões)



Fonte SIAFE RIO



- Receita de Capital Realizada

Quadrimestre: R\$ 916,59 milhões / 68,0% da meta realizada.

Tabela 3

**METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EM 2016.**

Metas de Receita

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JAN - ABR) 2016	RECEITA REALIZADA (JAN - ABR) 2016	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS DE CAPITAL ⁽¹⁾	1.347,22	916,59	68,0%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	834,80	887,00	106,3%
ALIENAÇÃO DE BENS	200,04	0,00	0,0%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	95,10	14,05	14,8%
TRANSF. CAPITAL	216,79	15,33	7,1%
OUTRAS	0,50	0,00	0,0%
INTRAORÇAMETÁRIA	0,00	0,21	0,0%

Fonte: SIAFERO - 12/05/2016.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, as Receitas de Capital são classificadas nos seguintes níveis de origem¹³:

- i. Operações de Crédito: ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.
- ii. Alienação de Bens: valores oriundos da alienação de componentes do ativo permanente.
- iii. Amortização de Empréstimos: ingresso decorrente da amortização, ou seja, parcela referente ao recebimento de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.
- iv. Transferência de Capital: ingresso resultante de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer

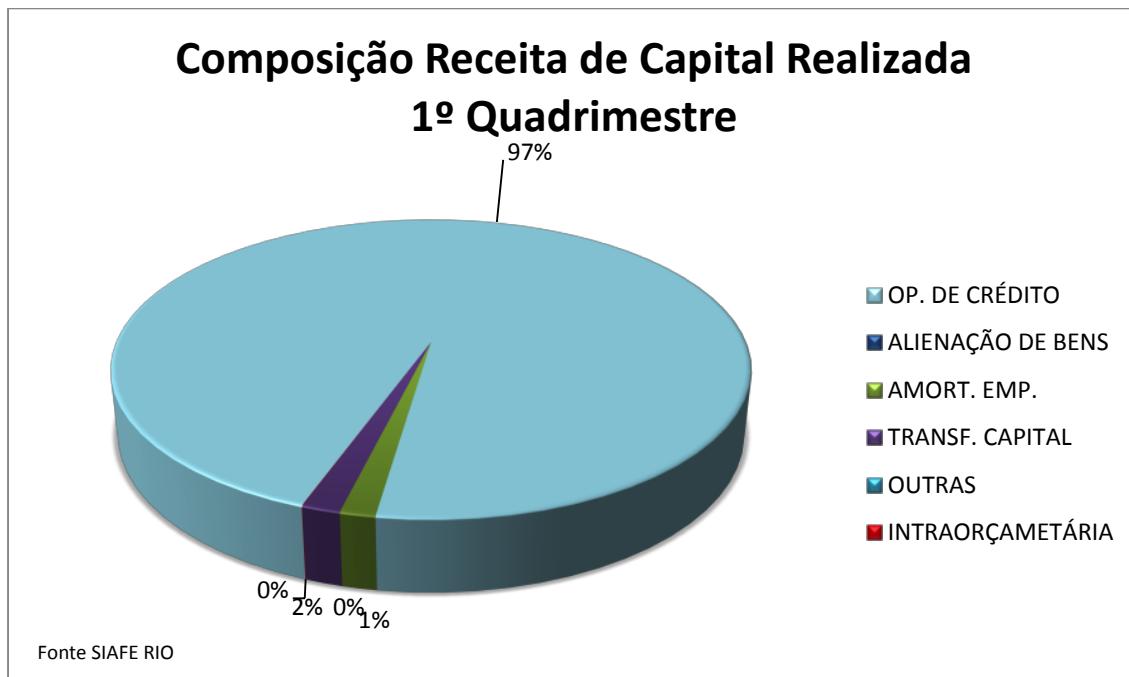
¹³ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 28, 4ª Edição.



exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital.

- v. Outras Receitas de Capital: ingressos de capital advindos de outras origens não classificáveis nas anteriores.

Gráfico 4



No primeiro quadrimestre de 2016, as Receitas de Capital realizaram 68,0% da meta estimada para o período ou em valores absolutos R\$ 916,59 milhões. Esse desempenho decorreu, principalmente, em função das Transferências de Capital e da Alienação de Bens.

As Transferências de Capital são transferências efetuadas pelo Governo Federal para compartilhar determinadas despesas de capital. Devido ao atual cenário econômico que se encontra o país, os repasses têm sido irregulares. Em relação à Alienação de Bens o valor está aquém do previsto devido ao processo de securitização da dívida ativa que demandou tempo maior de realização que o previsto, uma vez que se encontra sob análise do Tribunal de Contas da União – TCU.

As receitas de capital atingiram o montante de R\$ 916,59 milhões no 1º quadrimestre 2016, o que representa 68,0% da meta proposta.

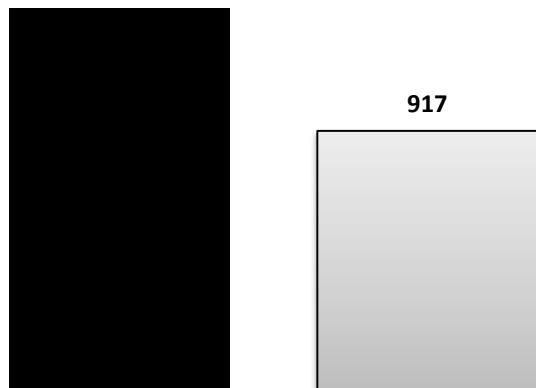
Outras informações sobre as Receitas de Capital permeiam a seção IV.II deste Boletim.



Gráfico 5

Receita de Capital Acumulada - Meta x Realizado (em R\$ milhões)

1.347



1º Quadrimestre
■ Meta □ Realizado

Fonte SIAFE RIO



Cronograma de Desembolso do Estado do RJ

- Despesa Total Realizada: R\$ 16,57 bilhões / 99,8%¹⁴

Até o primeiro quadrimestre, a dotação autorizada foi suplementada em R\$ 3,41 bilhões¹⁵ (aumento de 4,5%) em razão de mudanças orçamentárias tais como incorporação de superávit financeiro de convênios e contratação de operações de crédito. Entretanto, do orçamento autorizado (R\$ 79,18 bilhões), R\$ 17,46 bilhões permaneceram contingenciados (22,1%) por medida de extrema necessidade em virtude do atual momento econômico do Estado e da Federação. A Tabela 4 sintetiza os dados apresentados.

Essa análise não considera os valores referentes às empresas controladas não dependentes (CEDAE e Imprensa Oficial) bem como as despesas intra-orçamentárias.

O controle das contas públicas vem sendo implementado gradualmente. Uma das medidas utilizadas - o contingenciamento do orçamento - busca equilibrar despesas autorizadas com a capacidade de pagamento do Tesouro Estadual. Tal medida mostrou-se imprescindível em virtude do fluxo real de ingressos de recursos no Tesouro, montante esse bem inferior ao inicialmente projetado para o atual exercício.

Para o primeiro quadrimestre do ano, a meta de execução, conforme divulgado no Cronograma de Desembolso (Resolução SEFAZ Nº 975 de 2016), foi de R\$ 16,61 bilhões. Neste período, a despesa total realizada (R\$ 16,57 bilhões) mostrou-se próxima à estimada: pequena variação de -0,2% que representa uma não execução de R\$ 39,52 milhões.

Do total pago até Abril, uma parcela equivale ao RP (Restos a Pagar) do exercício anterior. Do montante inscrito (estoque de R\$ 5,60 bilhões), 40,3% (R\$ 2,26 bilhões) foram pagos. Esse valor correspondeu a aproximadamente 13,6% do total de despesa executada no primeiro quadrimestre.

Tabela 4

Lei Orçamentária do ERJ				Valores em R\$
Análise do Orçamento ao longo do Exercício				
1º QUADRIMESTRE				
DOTAÇÃO	INICIAL	75.766.783.599	-	
	ATUAL	79.176.709.591	4,5%	
	DISPONÍVEL	61.715.005.402	77,95%	
CONTINGENCIADO		17.461.704.189	22,05%	
EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA		3.409.925.992	-	

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 25/05/2016

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias

Ao longo do exercício, o comportamento da arrecadação (das principais rubricas) dita o ritmo da execução orçamentária.

A superação da meta estabelecida possibilita a liberação das despesas represadas. Na contramão, a frustração das receitas previstas sinaliza a necessidade de novos contingenciamentos.

Trata-se de uma medida de controle fiscal pautada no princípio da prudência.

¹⁴ As informações representam: a execução até o bimestre e a variação percentual comparada à meta de desembolso publicada.

¹⁵ Valor exclui apenas as empresas independentes do ERJ.



A Tabela 5 sintetiza a execução orçamentária e financeira do período.

Na análise por grupo de despesa, apenas a despesa paga com Pessoal e Encargos Sociais registrou um grau de execução abaixo do esperado.

Motivada principalmente pela necessidade de compatibilizar os gastos públicos com a atual capacidade arrecadatória do estado (nova realidade econômica), a despesa paga com pessoal tem sofrido revisões e devidas reduções, embora ainda pequenas, frente à atual situação fiscal, provocando um desalinhamento natural frente à Meta elaborada no início do ano.

- Pessoal e Encargos Sociais apresentou uma realização a menor de 13,9% (-R\$ 979,11 milhões). A função Segurança Pública, com execução de R\$ 1,76 bilhão, e a função Educação, com R\$ 1,02 bilhão de despesas pagas, corresponderam, juntas, a 55,1% do total pago no primeiro quadrimestre dentro do grupo.
- O Grupo Outras Despesas Correntes apresentou execução ligeiramente superior à meta. Os dados do período apontam para uma realização a maior de R\$ 209,34 milhões (+2,7% ante ao estimado). Do montante pago, R\$ 671,72 milhões (8,6% do total registrado no grupo) foram em Restos a Pagar. Dos R\$ 7,16 bilhões de despesas realizadas no quadrimestre, R\$ 4,57 bilhões foram gastos na Previdência Social, R\$ 504,88 milhões em Saúde, R\$ 200,35 milhões em Segurança Pública e R\$ 187,87 milhões em Educação.
- As despesas pagas no grupo Investimentos e Inversões Financeiras também registraram superação da meta. Em termos percentuais, o grupo alcançou 131,5% da meta (+R\$ 227,81 milhões). Excluído o pagamento de Restos a Pagar, aproximadamente R\$ 687 milhões foram executados, dos quais, R\$ 482,07 milhões (70,2%) foram alocados na função Transporte. Vale destacar que R\$ 640,43 milhões (93,3%)

Tabela 5 – Cronograma de Desembolso

GRUPO DE DESPESA	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º/ LRF)*				Variação %
	METAS DE EXECUÇÃO**	DESP. ORÇAM. REALIZADA	RP 2015 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZADA	
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	7.064	5.050	1.035	6.085	86,1%
OUTRAS DESP. CORRENTES	7.624	7.161	672	7.833	102,7%
INVEST/INVERSÕES	723	687	264	951	131,5%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÕES	1.203	1.420	285	1.705	141,8%
TOTAL	16.613	14.318	2.256	16.574	99,8%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 25/05/2016

*Exclui CEDAE & Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 975

***Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2015.



foram assegurados com recursos de Operações de Crédito (FR 111), principal fonte financiadora do grupo.

- Por fim, as despesas pagas no grupo Serviço da Dívida (Juros e Encargos somados com a Amortização do principal) contabilizaram R\$ 1,71 bilhão, dos quais R\$ 285 foram em RP: uma superação de +41,8% (+R\$ 502,43 milhões) do montante previsto no Cronograma.

Por fim, cabe lembrar que as despesas realizadas no período são analisadas com maior detalhamento no item V deste Boletim.



III. Resultados Fiscais¹⁶

III.I Resultado Orçamentário

Quadrimestre: - R\$ 4.058,33 milhões / -77,9%

Tabela 6

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2015 - 2016.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIM (JAN - ABR)		VAR %
	2015	2016	
I. RECEITA TOTAL (A)	19.438,56	15.958,29	-17,9%
I.1 RECEITA CORRENTE	17.018,99	14.612,35	-14,1%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	685,48	916,38	33,7%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	1.734,09	429,56	-75,2%
II. DESPESA TOTAL (B)	21.719,69	20.016,62	-7,8%
II.1 DESPESA CORRENTE	16.368,09	17.209,47	5,1%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	2.687,13	1.657,44	-38,3%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	2.664,47	1.149,71	-56,9%
RES. ORÇAMENTÁRIO	-2.281,12	-4.058,33	-77,9%

Fonte: RREO - 2º Bimestre de 2016 emitido em 18/05/2016

O resultado orçamentário, proveniente do balanço orçamentário, demonstra o resultado da realização das receitas e despesas e pode ser superavitário ou deficitário.

O resultado orçamentário, no 1º quadrimestre de 2016, foi negativo em R\$ 4.058,33 milhões, com uma variação de 77,9% inferior em relação ao mesmo período de 2015. Tal resultado ocorreu devido à superioridade das despesas sobre as receitas. Tanto a Receita Corrente quanto a de Capital foram inferiores as suas respectivas despesas, o que ocasionou o resultado deficitário. A Receita Corrente totalizou R\$ 14.612,35 milhões, resultado 14,1% inferior ao do mesmo período do ano anterior. Já as Receitas de Capital somaram R\$ 916,38 milhões, valor 33,7% superior ao arrecadado no 1º quadrimestre de 2015.

O resultado orçamentário, no 1º quadrimestre de 2016, foi deficitário em R\$ 4.058,33 milhões.

¹⁶ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº 42/2010.



III.II Resultado Primário

Quadrimestre: - R\$ 2.680,83 milhões / 2.323,5%

Tabela 7

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2015-2016

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIM (JAN - ABR)		(R\$ milhões)
	2015	2016	
RECEITAS TOTAL	19.438,56	15.958,29	-17,9%
RECEITAS FINANCEIRAS	830,89	1.128,11	35,8%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.734,09	429,56	-75,2%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	16.873,58	14.400,62	-14,7%
DESPESAS TOTAL	21.719,69	20.016,62	-7,8%
DESPESAS FINANCEIRAS	2.302,21	1.785,47	-22,4%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.664,47	1.149,71	-56,9%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	16.753,01	17.081,45	2,0%
RESULTADO PRIMÁRIO	120,57	-2.680,83	-2323,5%

Fonte: RREO - 2º Bimestre de 2016 emitido em 18/05/2016

O resultado primário mede o comportamento fiscal do governo no período, representando a diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

O Resultado Primário no 1º quadrimestre de 2016 foi negativo. A despesa primária excedeu a receita primária em R\$ 2.680,83 milhões, registrando déficit no período. Ao comparar com o mesmo período de 2015, observa-se uma variação negativa de -2.323,5%, consequência da prevalência das despesas primárias ou não financeiras, frente às receitas primárias, impactadas pelo cenário econômico atual. As despesas primárias totais atingiram R\$ 17.081,45 milhões, enquanto as receitas primárias totais terminaram o quadrimestre com o valor de R\$ 14.400,62 milhões.

O ERJ obteve um resultado primário negativo de R\$ 2.680,83 milhões no 1º quadrimestre de 2016.

**IV. Receita Estadual¹⁷**Quadrimestre: R\$ 22.379,01 milhões / - 11,5%¹⁸**Tabela 8****DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2015/2016.**

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (JAN - ABR)		VAR %
	2015	2016	
REC. CORRENTE	22.862,36	21.033,07	-8,0%
REC. CAPITAL	685,48	916,38	33,7%
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	1.734,09	429,56	-75,2%
Total	25.281,93	22.379,01	-11,5%

Fonte: SIAFERIO em 13/05/2016.

No primeiro quadrimestre de 2016, as Receitas Estaduais totalizaram R\$ 21.033,07 milhões – decréscimo de R\$ 2.902,93 milhões (- 11,5%) em relação ao arrecadado no mesmo período de 2015 – influenciado, na maior parte, pela redução das arrecadações da Receita Corrente. Esta será demonstrada na seção IV.I.

Já a Receita de Capital apresentou variação de 33,7% (+ R\$ 230,90 milhões) superior ao mesmo período do exercício passado, fruto do acréscimo de 92,9% (+ R\$ 427,07 milhões) das Operações de Crédito. Tal comportamento será detalhado na seção IV.II.

No 1º quadrimestre de 2016, a Receita de Capital apresentou acréscimo de R\$ 230,90 milhões (+ 33,7%). Já a Receita Corrente, decresceu 8,0% (- R\$ 1.829,30 milhões), comparadas ao mesmo período do ano passado.

¹⁷ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.¹⁸ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.



IV.I Receitas Correntes

Quadrimestre: R\$ 21.033,07 milhões / - 8,0%

Tabela 9

RECEITA CORRENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2015/2016.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (JAN - ABR)		VAR %
	2015	2016	
REC. CORRENTE	22.862,36	21.033,07	-8,0%
TRIBUTÁRIA	15.125,15	15.972,95	5,6%
CONTRIBUIÇÕES	601,15	182,28	-69,7%
PATRIMONIAL	2.010,74	1.389,41	-30,9%
AGROPECUÁRIA	0,03	0,01	-75,2%
INDUSTRIAL	43,18	49,09	13,7%
DE SERVIÇOS	111,12	98,52	-11,3%
TRANSF. CORRENTES	2.055,85	2.188,57	6,5%
OUTRAS CORRENTES	2.915,15	1.152,24	-60,5%

Fonte: SIAFERO em 13/05/2016.

No primeiro quadrimestre de 2016, as Receitas Estaduais totalizaram R\$ 21.033,07 milhões – decréscimo de R\$ 2.902,93 milhões (-11,5%) em relação ao arrecadado no mesmo período de 2015 – influenciado, na maior parte, pela redução das arrecadações da Receita Corrente. Esta será demonstrada na seção IV.I.

Já a Receita de Capital apresentou variação de 33,7% (+ R\$ 230,90 milhões) superior ao mesmo período do exercício passado, fruto do acréscimo de 92,9% (+ R\$ 427,07 milhões) das Operações de Crédito. Tal comportamento será detalhado na seção IV.II.

No primeiro quadrimestre de 2016, a Receita Corrente apresentou um comportamento de retração, sendo a redução das Receitas de Contribuições, Receita Patrimonial e Outras Receitas Correntes os principais fatores da redução no resultado.

**IV.I.1 Receita Tributária****Quadrimestre: R\$ 15.972,95 milhões / + 5,6%****Tabela 10****RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2015/2016.**

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (JAN - ABR)		VAR %	(R\$ milhões)
	2015	2016		
RECEITA TRIBUTÁRIA	15.125,15	15.972,95	5,6%	
ICMS	10.292,23	10.948,52	6,4%	
Adicional do ICMS	1.003,06	1.152,59	14,9%	
IRRF	973,95	277,52	-71,5%	
IPVA	1.766,12	2.230,98	26,3%	
ITD	178,45	417,84	134,1%	
Taxas	911,34	945,50	3,7%	

Fonte: SIAFE-RIO em 13/05/2016.

A Receita Tributária arrecadada no primeiro quadrimestre de 2016 cresceu 5,6% (+ R\$ 847,80 milhões) em comparação ao mesmo período de 2015, totalizando R\$ 15.972,95 milhões.

O resultado foi influenciado, principalmente, pela arrecadação do ICMS, que apresentou aumento de R\$ 656,28 milhões. O IPVA e o ITD seguiram essa trajetória, com incrementos de R\$ 464,86 milhões e R\$ 239,38 milhões, respectivamente.

A arrecadação de ICMS apresentou resultado favorável no quadrimestre, com acréscimo de receita de R\$ 656,29 milhões (+ 6,4%).

– Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):**1º Quadrimestre: R\$ 10.948,52 milhões / + 6,4%**

No primeiro quadrimestre de 2016, a arrecadação de ICMS apresentou variação positiva nominal de 6,40% (+ R\$ 656,28 milhões)¹⁹ contra uma inflação registrada de 9,28% no período (IBGE), o que ocasionou uma variação real de -2,70%.

Desde o 3º bimestre de 2015, quanto ao ICMS, houve alteração na metodologia de análise. Esta, antes realizada por setor econômico, passou a ser feita por código de receita, isto é, classificação do Sistema de Arrecadação da Secretaria de Estado de Fazenda. Optou-se por detalhar os grupos que apresentaram maior participação na arrecadação do imposto, que juntos concentraram, no

¹⁹ Arrecadação extraída do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro – SIAFE-RIO.



primeiro quadrimestre de 2016, cerca de 90% das receitas acumuladas.

Com a finalidade de aprimorar a análise do imposto, houve ainda o ajuste do valor registrado no referido Sistema de Arrecadação. A cada mês, arrecadação dos três últimos dias úteis é registrada no mês seguinte, no sentido de aproximar as entradas do Sistema de Arrecadação aos valores contabilizados no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro - SIAFE-RIO.

Assim, quanto ao imposto, os grupos que possuem maior relevância são:

ICMS Normal²⁰ (Participação Acumulada → 22,1%)

1º Quadrimestre: + 7,4%

A melhoria do ICMS Normal, neste 1º quadrimestre do ano, foi fortemente influenciada pela retirada, mediante Decreto nº 45.527/15, de produtos da substituição tributária e transferidos para recolhimento normal. Acrescenta-se ainda a este fato, o aumento de alíquota no setor petrolífero.

ICMS Substituição Tributária²¹ (Participação Acumulada → 24,7%)

1º Quadrimestre: - 5,2 %

A arrecadação na receita de ICMS Substituição Tributária (ST), no 1º quadrimestre de 2016, foi significativamente afetada pela retração no setor de veículos e pela retirada de itens de substituição tributária, conforme Decreto nº 45.527/15, transferindo-os para recolhimento normal.

²⁰ ICMS NORMAL é o grupo que tem sua arrecadação não decorrente das reunidas em inspetoria especializadas tais como ICMS-Substituição Tributária, ICMS-Energia Elétrica, ICMS-Importação, ICMS-Comunicações, etc.

²¹ O regime de Substituição Tributária é o instituto jurídico mediante o qual se atribui à determinada pessoa a responsabilidade pelo recolhimento do imposto relativo a fato gerador praticado por outro contribuinte.

**ICMS Importação (Participação Acumulada → 10,8%)****1º Quadrimestre: - 18,0 %**

A diminuição da arrecadação do ICMS derivado de importação foi consideravelmente afetada pela retração generalizada na atividade econômica, destacando os setores de Petróleo, Gás e Siderurgia/Metalurgia, que apresentam queda significativa desde 2015.

ICMS Parcelamento (Participação Acumulada → 1,1%)**1º Quadrimestre: + 82,6%**

Conquanto este item tenha uma modesta participação percentual na arrecadação geral do tributo, apresentou relevante crescimento no quadrimestre. A variação positiva foi efeito da Lei 7.116/15, a qual concedeu benefício tributário às empresas com débitos, com destaque a devedores nos setores de petróleo e hospitalar.

ICMS Petróleo e Derivados (Participação Acumulada → 3,4%)**1º Quadrimestre: + 6.068,2%**

A arrecadação do ICMS de Petróleo e Derivados encontrava-se reduzida devido a saldo credor acumulado por grandes contribuintes, além de créditos de importação. No mês anterior houve esgotamento de saldo credor acumulado o que, juntamente com a queda na importação, propiciou aumento desta rubrica.

ICMS Energia Elétrica (Participação Acumulada → 16,7%)**1º Quadrimestre: + 16,1%**

A ascensão do ICMS na Energia Elétrica, neste quadrimestre, ainda é resultado das medidas adotadas pelo Governo Federal para realinhamento tarifário das companhias, aplicadas desde novembro/2014, as quais aumentaram o preço e, por conseguinte, a arrecadação derivada de tal atividade.

A tendência é que este aumento se estabilize no decorrer do ano dada à troca da bandeira vermelha para amarela iniciada em abril e verde a partir de maio.



ICMS Comunicações (Participação acumulada → 11,5%)

1º Quadrimestre: - 2,0%

A redução deve-se principalmente ao setor de telecomunicações, o qual tem sido influenciado pela convergência de tecnologias e migração da demanda por utilização das chamadas tradicionais (voz) para aplicação via aplicativos, bem como também à acirrada concorrência do setor, motivada pelos preços dos serviços. Fatores estes que vêm ocorrendo nos últimos anos e afetam vultuosamente a arrecadação deste ICMS, não permitindo um crescimento relevante no recolhimento do imposto.

ICMS Auto de Infração Parcelamento (Participação acumulada → 0,7%)

1º Quadrimestre: + 244,5%

Mesmo registrando uma comedida participação na arrecadação do imposto houve, neste item, um relevante acréscimo decorrente da vigência da Lei nº 7.116/15²² a qual concedeu descontos aos contribuintes em débito com o Estado uma vez que aderissem ao programa de parcelamento.

²² A Lei nº 7116 de 26 de novembro de 2015 dispõe sobre a redução de multas e dos juros relativos aos débitos tributários do ICMS administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda e aos débitos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa, e autorização para pagamento ou parcelamento e dá outras providências.



- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA²³):

1º Quadrimestre: R\$ 2.230,98 milhões / + 26,3%

O IPVA apresenta um comportamento sazonal significativo, que se consolida nos quatro primeiros meses do ano.

No primeiro quadrimestre de 2016, o IPVA apresentou crescimento de R\$ 464,86 milhões (+ 26,3%). Esse resultado sofreu reflexo, dentre outras alterações abarcadas pela Lei nº 7.068/2015, aumento de alíquota para os veículos *flex* e os que utilizam gás combustível.

Alterações legislativas garantiram o aumento de 26,3% na receita do IPVA no primeiro quadrimestre de 2016.

– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):

1º Quadrimestre: R\$ 417,84 milhões / + 134,1%

Em comparação com mesmo período de 2015, a arrecadação do ITCD apresentou acréscimo no 1º quadrimestre do ano corrente de 134,1% na arrecadação (+ R\$ 239,38 milhões). Este resultado foi afetado significativamente pela entrada em produção do novo sistema online de Herança Extrajudicial, pelo aprimoramento constante nos processos internos dessa Inspeção específica e pela vigência da Lei nº 7.174 de 28 de dezembro 2015 que, dentre outras mudanças, aumentou a alíquota de incidência, aplicando 4,5% para valores até 400.000 UFIR-RJ e 5,0% para valores acima de 400.000 UFIR-RJ.

Lei Estadual 7.174/15 aumentou a alíquota de incidência do ITCD: 4,5% para valores até 400.000 UFIR-RJ e 5% sobre valores acima de 400.000 UFIR-RJ.

– Imposto de Renda (IRRF):

1º Quadrimestre: R\$ 277,52 milhões / - 71,5%

O Imposto de Renda apresentou redução de 71,5% (- R\$ 696,42 milhões) comparativamente ao primeiro quadrimestre de 2015. Tal fato decorre de ajustes no fluxo de repasses do RIOPREVIDÊNCIA diverso ao do exercício anterior. A adaptação do cronograma de repasses é indispensável ao equilíbrio financeiro do Estado no pagamento de inativos e pensionistas.

²³ De forma geral, a receita de IPVA fica concentrada amplamente nos primeiros meses do ano, quando do vencimento das placas dos veículos usados. No restante do ano, a receita provém principalmente do pagamento do IPVA dos veículos novos, do pagamento de débitos atrasados dos veículos usados e das eventuais cobranças coletivas organizadas pela SEFAZ-RJ.

– **Taxas:**

Quadrimestre: R\$ 945,50 milhões / +3,7%

Tabela 11

RECEITA DE TAXAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2015/2016.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - ABR)		VAR %
	2015	2016	
Taxas	911,34	945,50	3,7%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	292,26	311,53	6,6%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito ⁽¹⁾	275,25	289,22	5,1%
Outras	17,02	22,31	31,1%
Taxas pela Prestação de Serviços	619,07	633,97	2,4%
Emolumentos e Custas Judiciais	140,19	149,00	6,3%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	126,46	129,13	2,1%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	352,42	355,84	1,0%
Taxa de Serviços de Trânsito ⁽¹⁾	318,14	330,75	4,0%
Outras	34,28	25,09	-26,8%

Fonte: SIAFERO em 13/05/2016.

Nota: (1) Taxas do DETRAN

A arrecadação de Taxas apresentou acréscimo de R\$ 34,16 milhões (+ 3,7%) em relação ao primeiro quadrimestre de 2015, totalizando R\$ 945,50 milhões. Esse aumento foi resultado do desempenho da arrecadação da Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia, especificamente, Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito (+ R\$ 13,97 milhões) e, ainda, do resultado em Outras Taxas pela Prestação de Serviços, na rubrica Taxa de Serviços de Trânsito do Detran (+ R\$ 12,61 milhões).

As taxas do Detran foram as responsáveis pelo aumento da receita de taxas. Conjuntamente, totalizaram R\$ 26,50 milhões no primeiro quadrimestre de 2016.

**IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties****Quadrimestre: R\$ 1.389,41 milhões / - 30,9%****Tabela 12****RECEITA PATRIMONIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2015/2016.**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (JAN - ABR)		VAR %
	2015	2016	
RECEITA PATRIMONIAL	2.010,74	1.389,41	-30,9%
Petróleo	1.688,01	1.122,67	-33,5%
Royalties	723,44	577,88	-20,1%
Part. Especial	963,48	543,09	-43,6%
FEP	1,09	1,70	56,6%
CFT's	0,00	0,00	0,0%
Aplic. Financeiras	252,21	227,06	-10,0%
Demais Rec. Patrimoniais	70,52	39,68	-43,7%

Fonte: SIAFERO em 13/05/2016.

As receitas patrimoniais, no primeiro quadrimestre de 2016, realizaram o valor total de R\$ 1.389,41 milhões, o que representa uma variação negativa de 30,9% em relação ao mesmo período de 2015. Tal resultado foi influenciado, principalmente, pelo decréscimo das receitas pela extração de petróleo e gás.

- Petróleo: as receitas de petróleo alcançaram R\$ 1.122,67 milhões no primeiro quadrimestre de 2016, variação negativa de 33,5% frente a 2015, tanto na receita de Participações Especiais quanto na receita de Royalties que variaram - 43,6% (- R\$ 420,39 milhões) e - 20,1% (- R\$ 145,56 milhões), respectivamente. O desempenho de ambas as receitas deveu-se tanto à queda da produção do petróleo quanto do preço do barril tipo *brent*. Segundo dados da ANP, a produção alcançou 29,10 milhões de m³, variação negativa de 7,6% frente a 2015. O *brent* apresentou variação negativa de 35,7%, enquanto a taxa de câmbio apresentou acréscimo de 31,7% no período, conforme tabela abaixo.

A produção de petróleo, no primeiro quadrimestre de 2016, correspondeu a 67,5% da produção total brasileira.

Ainda segundo dados da ANP, a produção do Rio de Janeiro correspondeu a 67,5% da produção total brasileira.



Tabela 13
Participação Governamental do Petróleo

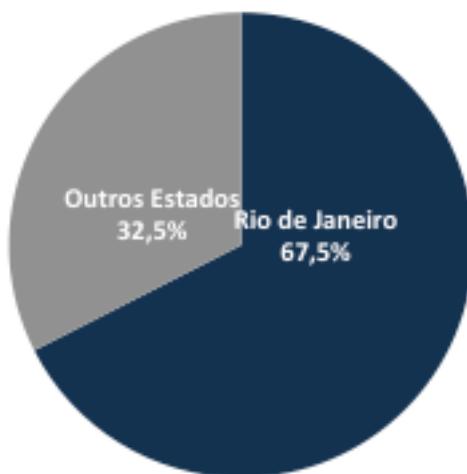
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (NOV - FEV)		VAR %
	2015	2016	
Produção (milhões de m³)	31,49	29,10	-7,6%
Brent (US\$)	55,32	35,59	-35,7%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,90	3,82	31,7%

Fontes: Produção: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. Brent: Energy Information Administration, EIA. Câmbio: Ipeadata.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 1º quadrimestre de 2016 são apresentados os dados de produção de Novembro a Dezembro de 2015 e de Janeiro a Fevereiro de 2016.

Gráfico 6

**Participação do ERJ na Produção Nacional de Petróleo
1º Quadrimestre / 2016**



Fonte: ANP
www.anp.gov.br



- Aplicações Financeiras: no primeiro quadrimestre, as receitas advindas das aplicações financeiras sofreram variação negativa de 10,0% (- R\$ 25,15 milhões). Destas, R\$ 9,37 milhões referem-se à Remuneração de Depósitos Bancários e R\$ 15,78 milhões à Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor.

**IV.I.3 Demais Receitas Correntes****Quadrimestre: R\$ 1.482,14 milhões / - 59,6 %****Tabela 14****DEMAIS RECEITAS CORRENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2015/2016.**

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (JAN - ABR)		VAR %
	2015	2016	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	3.670,62	1.482,14	-59,6%
Receita de Contribuições	601,15	182,28	-69,7%
Receita Agropecuária	0,03	0,01	-75,2%
Receita Industrial	43,18	49,09	13,7%
Receita de Serviços	111,12	98,52	-11,3%
Multas e Juros de Mora	217,79	327,63	50,4%
Indenizações e Restituições	86,69	34,29	-60,5%
Dívida Ativa	49,90	211,33	323,5%
Receitas Diversas	2.560,77	578,98	-77,4%

Fonte: SIAFERO em 13/05/2016.

As Demais Receitas Correntes, detalhadas na Tabela 14, apresentaram decréscimo de 59,6% (- R\$ 2.188,48 milhões) no 1º quadrimestre, somando R\$ 1.482,14 milhões. O desempenho do grupo foi influenciado, principalmente, pela queda na arrecadação de Receitas Diversas (- R\$ 1.981,79 milhões; - 77,4%) pela aparente redução das receitas oriundas da Lei Complementar Estadual nº 147 / 2013²⁴ (- R\$ 2.270,00 milhões), alterada pela Lei 163/2015 que destinou recursos para capitalizar o RIOPREVIDÊNCIA, infladas no ano anterior. Nessa mesma trajetória, a Receita de Contribuições teve redução de R\$ 418,87 milhões (69,7%).

As Receitas de Multas e Juros de Mora e da Dívida Ativa atenuaram a queda no resultado geral das Demais Receitas Correntes, detalhadas a seguir:

²⁴ Lei Complementar nº 147, de 27 de junho de 2013 - Dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para pagamento de requisições judiciais de pagamento e dá outras providências. Lei Complementar nº 163, de 31 de março de 2015 - Modifica dispositivos da Lei Complementar Nº 147, de 27 de junho de 2013, e dá outras providências.



– Receitas de Contribuições: com desempenho negativo de R\$ 418,87 milhões (- 69,7%) em relação ao mesmo quadrimestre do ano passado, resultou em uma arrecadação total de R\$ 182,28 milhões no 1º quadrimestre de 2016 por conta das Receitas de Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio de Servidores Ativos e Inativos Civis e Militares e a Contribuição de Pensionista Civil que, juntas, representam queda de aproximadamente R\$ 381,53 milhões.

– Receita de Serviços: atingiu menos R\$ 12,59 milhões (- 11,3%), totalizando R\$ 98,52 milhões, basicamente em Serviços Financeiros (- R\$ 12,31; - 75,37%).

– Indenizações e Restituições: somou menos R\$ 52,40 milhões (- 60,5%) em relação ao 1º quadrimestre de 2015, no total de R\$ 34,29 milhões, por conta da receita oriunda de Restituições de Convênios (- 94,3%; - R\$ 23,59 milhões), de Restituições de Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios Previdência Servidores (-100,0%; R\$ 24,46 milhões) e de Ressarcimento de Pessoal Cedido- Área de Segurança (- 98,77; - R\$ 11,58 milhões).

– Receita Industrial: acréscimo de R\$ 5,91 milhões (+ 13,7%) em relação ao mesmo quadrimestre de 2015, resultando num total de R\$ 49,09 milhões, devido à arrecadação da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários de receita originada pelo Instituto Vital Brazil (+ R\$ 5,95 milhões).

– Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa: acréscimo de 50,4% (+ R\$ 109,85 milhões) na arrecadação de Multas e Juros de Mora em relação ao mesmo período de 2015, totalizando R\$ 327,63 milhões, concentradas nas multas relacionadas ao ICMS (+ R\$ 100,77 milhões).

A receita de Dívida Ativa apresentou acréscimo (+ 323,52%; + R\$ 161,43 milhões) em relação ao mesmo quadrimestre de 2015, alcançando R\$ 211,33 milhões. Na quase totalidade, o desempenho é resultado da redução da receita da Dívida Ativa do ICMS.

Vale ressaltar que a aderência de contribuintes do ICMS, a exemplo do setor de bebidas, ao Termo de Ajuste de Conduta Tributária (TACT), durante o mês de Janeiro de 2016, influenciou positivamente a arrecadação de Multas e Juros de Mora e da Dívida Ativa.

**IV.I.3.1 Receita de Transferências****Quadrimestre: R\$ 2.188,57 mil / +6,5%****Tabela 15****RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2015/2016.**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - ABR)		VAR %
	2015	2016	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	2.055,85	2.188,57	6,5%
Transf da União	1.132,83	1.185,89	4,7%
FPE	423,41	406,71	-3,9%
IPI exp	247,70	266,13	7,4%
IOF	0,02	0,09	278,4%
CIDE	0,40	36,62	9141,7%
SUS	210,53	250,75	19,1%
Salário Educação	201,43	158,14	-21,5%
Lei Kandir	28,59	28,59	0,0%
Outras Transf. da União	20,75	38,86	87,3%
FUNDEB	905,07	927,01	2,4%
Convênios	17,91	75,55	321,9%
Outras Transf. Corr.	0,04	0,11	164,5%

Fonte: SIA FERIO em 13/05/2016.

As Receitas de Transferências apresentaram no primeiro quadrimestre de 2016 acréscimo de 6,5% (+R\$ 132,71 milhões), se comparado ao mesmo período de 2015, dado desempenho positivo das Receitas oriundas dos Convênios, nos repasses do SUS e da CIDE.

As Transferências da União foram responsáveis por aproximadamente 54,2% do total das Receitas de Transferências neste 1º quadrimestre de 2016. O bom desempenho demonstrado pelo repasse do SUS e da CIDE foi suficiente para fazer frente a queda apresentada nos repasses do FPE e do Salário Educação. Tal assunto será abordado no item específico para Transferências da União.

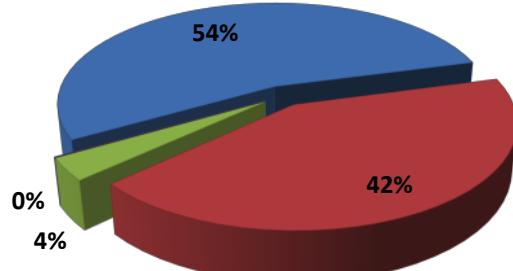
Cabe destacar as receitas do FUNDEB e de Convênios pelo aumento de 2,4% (+R\$ 21,94 milhões) e + 321,9% (+R\$ 57,64 milhões), respectivamente, no quadrimestre. As explicações para tais resultados serão abordados separadamente nesse boletim.



Gráfico 7

Composição da Receita de Transferências

1º Quadrimestre 2016



Fonte: SIAFERIO em 13/05/2016

IV.I.3.2 Transferências da União

A receita desse grupo apresentou aumento de 4,7% (+R\$ 53,06 milhões), em relação ao mesmo quadrimestre de 2015. No que tange a essas receitas, os repasses referentes ao FPE, SUS e IPI Exportação são os mais significativos.

– **FPE**²⁵: O Fundo de Participação dos Estados, composto por 21,5% da arrecadação do IPI e do IR, apresentou resultado quadrimestral negativo de 3,9% (- R\$ 16,7 milhões) em comparação ao mesmo período de 2015, consequência do fraco desempenho da arrecadação do IPI.

Tal fato é consequência do decréscimo de arrecadação nos itens IPI Automóveis, decorrente da redução de 27,84% no volume de vendas ao mercado interno, e IPI Vinculado à Importação, resultado da conjugação dos seguintes fatores: elevação de 31,11% na taxa média

²⁵ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de janeiro a abril de 2016, Receita Federal.

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2016/janeiro2016/analise-mensal-jan-2016.pdf/view>

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2016/fevereiro2016/analise-mensal-fev-2016.pdf/view>

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2016/marco2016/analise-mensal-mar-2016.pdf/view>

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2016/abril2016/analise-mensal-abr-2016.pdf/view>



de câmbio; redução de 6,23% na alíquota média efetiva do IPI-Vinculado e de 33,53% no valor em dólares (volume) das importações;

-IPI-EXP: A Constituição de 1988 determina que 10% da arrecadação do IPI seja distribuída para os Estados e Distrito Federal, “proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados”, como forma de compensação à desoneração das exportações. A competência para estabelecer e divulgar os coeficientes de participação dos estados cabe ao Tribunal de Contas da União e os mesmos estão disponíveis em http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/transfere_nacias.

Nesse quadrimestre, a receita apresentou aumento de 7,4% (+ R\$ 18,43 milhões) comparativamente ao mesmo período do ano anterior, reflexo do novo coeficiente de participação do IPI- Exportação para o Rio de Janeiro. O percentual que, em 2015, era de 14,63181%, em 2016 foi reajustado para 18,05857%.

-CIDE: Os recursos repassados pela União aos Estados, DF e Municípios a título de CIDE-Combustíveis, destinados obrigatoriamente ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes, são calculados segundo coeficientes de distribuição das receitas da CIDE, disponíveis para consultas no portal do TCU na internet.

Em maio de 2015, pelo Decreto 8.395 de 28 de janeiro de 2015, os repasses da CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível foram retomados pela União. Em 2016, registra-se, então, uma diferença de R\$ 36,22 milhões (+ 9.141,7%) se comparado ao período de janeiro a abril de 2015.

- SALÁRIO EDUCAÇÃO: O Repasse de Salário Educação, feito pela União, se dá com base em coeficientes de distribuição divulgados no site do FNDE, calculados considerando dados do Censo Escolar para o exercício corrente e a arrecadação de recursos ocorrida no ano anterior.

Os valores arrecadados no primeiro quadrimestre de 2016 atingiram R\$158,14 milhões, decréscimo de R\$43,29 milhões (- 21,5%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal resultado refere-se a

O resultado da receita na conta IPI-Exportação reflete o aumento do coeficiente relativo à participação do ERJ em 2016.



queda no coeficiente de repasse do Rio de Janeiro de 0,3102581732 para 0,2944653914, em virtude da redução do número de matrículas nas escolas estaduais, resultado da municipalização do ensino.

- FUNDEB

É um fundo especial, de natureza contábil, formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, redistribuídos aos integrantes de acordo com critérios de rateio baseado no número de alunos matriculados na rede pública divulgado pelo censo escolar. A aplicação de seus recursos na educação básica é obrigatória.

O crescimento das receitas do FUNDEB no quadrimestre (+2,4% / + R\$ 21,94 milhões) refere-se à composição do IPVA e do ITD nas receitas do fundo que, dado seus desempenhos favoráveis, contribuiram para que o resultado alcançasse R\$ 927,01 milhões.

- CONVÊNIOS:

As receitas de convênios alcançaram R\$ 75,55 milhões, apresentando aumento de 321,9% (+R\$ 57,64 milhões) em relação ao mesmo quadrimestre do ano passado. Entre os maiores ingressos do quadrimestre, destacam-se os recursos destinados à Secretaria de Estado de Obras, à Secretaria de Estado de Segurança e ao Instituto de Pesos e Medidas do RJ.



IV.II Receitas de Capital

Quadrimestre: R\$916,38 mil / +33,7%

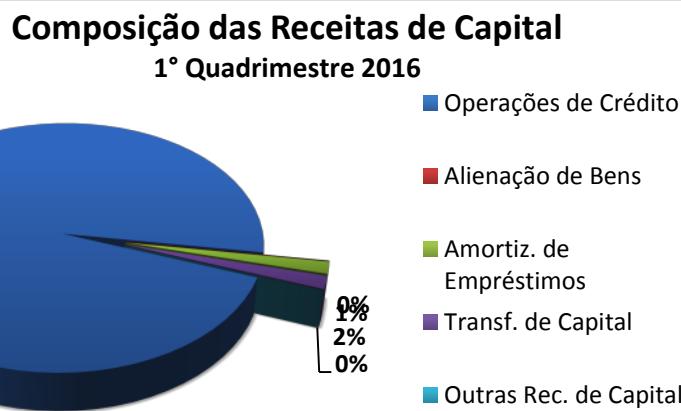
Tabela 16
RECEITA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2015/2016.

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (JAN - ABR)		VAR %
	2015	2016	
RECEITAS DE CAPITAL	685,48	916,38	33,7%
Operações de Crédito	459,93	887,00	92,9%
Alienação de Bens	2,09	0,00	-99,8%
Amortiz. de Empréstimos	116,67	14,05	-88,0%
Transf. de Capital	106,80	15,33	-85,6%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	0,0%

Fonte: SIAFERIO em 13/05/2016.

As Receitas de Capital apresentaram crescimento de 33,7% (+R\$ 230,90 milhões) nesse primeiro quadrimestre, em relação ao mesmo período de 2015, por conta do acentuado aumento das Operações de Crédito, elevadas no montante de R\$ 427,07 milhões.

Gráfico 8



Fonte: SIAFERIO em 13/05/2016



Na Receita de Operações de Crédito, o aumento de 92,9% (+ R\$ 427,07 milhões) tem origem no segundo adicional do Programa da Linha 4 do Metrô pelo BNDES e no financiamento do Programa de Melhorias e Implantação da Infraestrutura Viária do Rio de Janeiro (Pró-Vias).

O Programa da Linha 4 do Metrô e o Pró-Vias foram os responsáveis pelo aumento de 92,9% nas operações de crédito no 1º quadrimestre de 2016.

As Transferências de Capital, no entanto, apresentaram decrescimento de 85,6% (- R\$ 91,46 milhões) no quadrimestre. O resultado é explicado pela redução de repasse na conta de Transferências de Convênios da União destinadas ao PAC.

ALIENAÇÕES DE BENS: A receita de alienação de bens apresentou redução de 99,8% (- R\$ 2,08 milhões) no quadrimestre, explicado pelo ingresso da receita proveniente da alienação de bens imóveis do RIOPREVIDÊNCIA, no valor de R\$ 2,08 milhões em março de 2015, não havendo outra receita de mesma origem em 2016.

As receitas referentes à Amortização de Empréstimos fecharam com decrescimento de 88,0% (- R\$ 102,62 milhões) no quadrimestre. Este resultado justifica-se na conta do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (FUNDES) que, devido a ajustes na rotina contábil, está sendo registrada em outra subalínea neste quadrimestre.



V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

V.I Despesa Total

A Tabela 17 mostra as despesas do ERJ no seu aspecto mais amplo.

Inicialmente, a LOA fixou as despesas do Poder Executivo em R\$ 71,76 bilhões.

Ao fim do 1º quadrimestre, com o registro das alterações no orçamento, a dotação alcançou R\$ 76,06 bilhões. Desse valor, R\$ 18,83 bilhões (24,8%) encontram-se contingenciados, medida que vislumbra orientar as despesas orçamentárias ao novo panorama econômico.

No ano, aproximadamente R\$ 20,67

bilhões já foram empenhados pelos órgãos que compõem a estrutura administrativa do Poder Executivo (36,1% do orçamento disponível).

Para os Demais Poderes, a despesa inicialmente fixada foi de R\$ 8,14 bilhões. A dotação atual apresenta ligeiro acréscimo de 4,3% alcançando o patamar de R\$ 8,50 bilhões. Boa parte das despesas planejadas pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério do Público e pelo Tribunal de Contas já foi empenhada (R\$ 3,97 bilhões, equivalente a 46,8% da dotação autorizada).

V.II Créditos Adicionais

Em 2016, aproximadamente R\$ 3,41 bilhões foram acrescidos ao orçamento, aumento de 4,5%.

Avaliando as alterações registradas pelos dois grupos de recursos (Recursos do Tesouro e Recursos Diretamente Arrecadados), verificou-se que 62,6% do acréscimo total ocorrido no orçamento foram assegurados com recursos arrecadados diretamente pelo Tesouro.

Analisando as alterações por suas respectivas Fontes de Recursos (FR), verificou-se uma forte expansão por meio da FR 111

Tabela 17 – Execução da Despesa Total

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - 1º QUADRIMESTRE								R\$ Milhões
PODER EXECUTIVO								
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO	
2015	DESPESA SEM INTRA	71.496	74.319	9.178	65.141	19.120	17.159	
	DESPESA INTRA	3.855	3.039	95	2.944	2.366	2.338	
	DESPESA TOTAL	75.350	77.358	9.273	68.085	21.486	19.497	
2016	DESPESA SEM INTRA	68.363	71.580	17.462	54.118	19.693	16.995	
	DESPESA INTRA	3.395	4.484	1.367	3.116	975	917	
	DESPESA TOTAL	71.758	76.064	18.829	57.235	20.668	17.912	
OUTROS PODERES								
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO	
2015	DESPESA SEM INTRA	6.843	6.943	0	6.943	3.376	1.896	
	DESPESA INTRA	608	608	0	608	345	327	
	DESPESA TOTAL	7.451	7.551	0	7.551	3.722	2.223	
2016	DESPESA SEM INTRA	7.404	7.597	0	7.597	3.473	1.872	
	DESPESA INTRA	738	898	0	898	500	232	
	DESPESA TOTAL	8.143	8.495	0	8.495	3.973	2.105	

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 25/05/2016

Tabela 18 – Alterações Orçamentárias

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - 1º QUADRIMESTRE				R\$ Milhões
FR	LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUAL	
TESOURO	51.442	2.136	53.578	
OP. CRÉDITO	6.272	2.188	8.460	
DEMAIS FONTES	24.325	1.274	25.599	
CONVÉNIOS	1.795	335	2.130	
OUTRAS	22.530	939	23.469	
TOTAL	75.767	3.410	79.177	

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 25/05/2016

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias



(Operações de Crédito) e FR 230 (Recursos Próprios): juntos, esses recursos totalizaram R\$ 2,91 bilhões, ou, 85,3% do total suplementado. A Tabela 18 apresenta as alterações orçamentárias incluídas no orçamento do Estado, incrementos financiados essencialmente por meio de Convênios, Operações de Crédito e Demais Recursos.

Num recorte por função governamental, o maior acréscimo ocorreu nas ações de Urbanismo: R\$ 1,26 bilhão, dos quais R\$ 1,12 bilhão por meio de Recursos do Tesouro (Fonte 111 - Operações de Crédito). A função apresentou aumento de 83,6% em seu orçamento original. No tocante às ações desenvolvidas, a maior variação ocorreu no projeto Implantação de Projetos de Infraestrutura (aumento de R\$ 463,61 milhões) e no projeto Bairro Novo/Asfalto na porta (crescimento de R\$ 397,04 milhões).

Na função Transporte, o incremento total foi de R\$ 1,04 bilhão (variação de 26,7% sobre o orçamento inicial). Desse montante, R\$ 1,02 bilhão foi alocado no projeto Implantação de Novas Linhas Metroviárias. A ação foi reforçada com recursos obtidos através de Operações de Crédito (FR 111).

Por fim, a Segurança Pública também apresentou resultados a serem destacado na análise. A função registrou aumento de R\$ 331,19 milhões, dos quais R\$ 235,61 milhões são Recursos Diretamente Arrecadados. O ajuste suplementou os projetos Implementação do Comando de Operações Especiais - COE (aumento de R\$ 151,58 milhões por meio da FR 230 – Recursos Próprios).

A Tabela 19 apresenta as alterações orçamentárias ocorridas nas principais funções contidas no orçamento.

Tabela 19 – Funções

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A DEZ 2015		
PRINCIPAIS FUNÇÕES	FR	CRÉDITOS ADICIONAIS
URBANISMO	Tesouro	1.121
	Demais Fontes	137
TRANSPORTE	Tesouro	982
	Demais Fontes	22
SEGURANÇA PÚBLICA	Tesouro	96
	Demais Fontes	236
SUBTOTAL		2.592
OUTRAS DEMANDAS		818
TOTAL		3.410

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 25/05/2016

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias



V.III Despesas por Grupo

Este tópico analisa os gastos pela ótica da Categoria Econômica (Corrente ou Capital) e pelo Grupo de Despesa, classificações que proporcionam uma melhor visibilidade das ações executadas.

A Tabela 20 apresenta os dados apurados neste 1º quadrimestre comparando-os com os do último ano.

A Categoria das Despesas Correntes do RJ, grupo formado pelas despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, e Outras Despesas Correntes – esta composta pelos gastos com inativos/pensionistas, despesas constitucionais e legais (transferências obrigatórias de recursos aos municípios e do pagamento de encargos com o Governo Federal) e com o custeio da máquina – foi responsável por 91,2% (R\$ 17,21 bilhões) do total liquidado até abril.

A Categoria das Despesas de Capital (Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida) executou R\$ 1,66 bilhão, o equivalente a 8,8% do total liquidado pelo ERJ nesse primeiro quadrimestre.

Cabe ressaltar que as despesas intraorçamentárias foram segregadas na análise.

Nos próximos tópicos serão averiguados os gastos, as variações e as justificativas apresentado por cada grupo de despesa.

Tabela 20 – Despesas por Grupo

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	1º QUADRIMESTRE			R\$ Milhões
		2015	2016	Variação %	
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.361	6.136	-3,5%	
	1.1 - PODER EXECUTIVO	4.873	4.803	-1,4%	
	1.2 - OUTROS PODERES	1.489	1.332	-10,5%	
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.033	973	-5,9%	
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.974	10.101	12,6%	
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	2.993	2.835	-5,3%	
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	2.604	2.332	-10,4%	
	3.1.2 - OUTROS PODERES	389	503	29,2%	
	3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	4.976	6.521	31,1%	
CAPITAL	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	1.005	744	-25,9%	
	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	1.005	744	-25,9%	
	TOTAL CORRENTE	16.368	17.209	5,1%	
	4 - INVESTIMENTOS	1.418	845	-40,4%	
	4.1 - PODER EXECUTIVO	1.400	808	-42,3%	
	4.2 - OUTROS PODERES	18	37	105,1%	
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	6	2	-68,2%	
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.263	811	-35,8%	
	TOTAL CAPITAL	2.687	1.657	-38,3%	
TOTAL GERAL		19.055	18.867	-1,0%	

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 25/05/2016

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias



➤ Despesas de pessoal

A Tabela 21 examina as despesas com pessoal em relação às áreas de prioridade do ERJ. No acumulado foram liquidados R\$ 6,13 bilhões, montante 3,5% inferior (-R\$ 225,62 milhões) ao valor registrado no mesmo período de 2015. Quando consideradas as despesas intraorçamentárias (R\$ 961 milhões em 2016), basicamente despesas com obrigações patronais, o gasto alcança o patamar de R\$ 7,10 bilhões.

No âmbito geral, o grupo apresentou queda de despesa executada (-18,7%) em decorrência da grave dificuldade econômica enfrentada pelo ERJ. Diante da incerteza sobre a realização das principais receitas estaduais, em decorrência do cenário econômico nacional, a administração vem adotando medidas de contenção dos gastos públicos, inclusive as despesas com pessoal.

No âmbito do Poder Executivo, as principais áreas/funções que apresentaram maior gasto no grupo foram: Segurança Pública, Educação e Saúde, áreas prioritárias do Governo. Juntas, essas funções foram responsáveis por 61,3% (R\$ 3,76 bilhões) do total liquidado, desconsideradas as despesas intraorçamentárias. Desse montante, R\$ 2,74 bilhões (72,9%) foram assegurados com FR 100 (Ordinários Provenientes de Impostos).

Nas Demais Áreas, as despesas liquidadas somaram R\$ 2,37 bilhões até o quadrimestre, apresentando um crescimento de 3,5% (+79,87 milhões) frente ao mesmo período de 2015.

Por fim, os gastos realizados pelos Demais Poderes (Poder Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas) representaram 21,7% do montante liquidado até abril: R\$ 1,33 bilhão em recursos, oriundo principalmente da FR 100, foi alocado no grupo de pessoal.

Tabela 21 – Despesas de Pessoal

FUNÇÃO	1º QUADRIMESTRE		R\$ Milhões Variação
	2015	2016	
Segurança Pública	2.298.779.797	2.199.479.100	-4,3%
Educação	1.431.501.147	1.273.601.742	-11,0%
Saúde	337.063.667	288.773.010	-14,3%
DEMAIS ÁREAS	2.293.787.168	2.373.659.323	3,5%
SUBTOTAL	6.361.131.779	6.135.513.175	-3,5%
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.371.061.833	961.209.075	-59,5%
TOTAL GERAL	8.732.193.611	7.096.722.250	-18,7%

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos em 25/05/2016

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

No âmbito da função Educação, R\$ 774,29 milhões (60,8%) das despesas registradas no grupo de Pessoal e Encargos Sociais foram assegurados com recursos do FUNDEB.



➤ Outras Despesas Correntes

A Tabela 22 a seguir demonstra os custos de manutenção do Estado no 1º quadrimestre comparativamente ao mesmo período de 2015.

No acumulado do ano, o grupo apresentou uma despesa total de R\$ 10,10 bilhões. Quando comparada ao mesmo período de 2015, variação positiva de 12,6%, ou, +R\$ 1,13 bilhão, variação essa fortemente induzida pelo crescimento constatado na folha dos inativos e pensionistas (R\$ 1,55 bilhão).

No tocante às funções governamentais, pôde-se verificar um crescimento nas ações desenvolvidas para melhoria da saúde pública no estado. Em relação ao último exercício, a função apresentou crescimento de 24,4%. Até Abril, foram R\$ 848,90 milhões de recursos alocados nos projetos da área, dos quais, R\$ 444,00 milhões são originários do FECP (Fonte 122) e R\$ 286,45 milhões do Sistema Único de Saúde – SUS (Fonte 225). Juntas, essas fontes de recursos asseguraram a realização de quase 86,1% das ações realizadas na função.

Principal ação desenvolvida no setor, Assistência Ambulatorial e Hospitalar, foi responsável por 59,6% do total realizado na função. Dos R\$ 506,22 milhões alocados no projeto, R\$ 356,27 milhões são originários da FR 122 e R\$ 149,96 da FR 225. As atividades relacionadas a essa ação foram executadas, em 2015, em outras ações orçamentárias, dificultando a comparação dos recursos alocados nos dois períodos.

Outro importante projeto desenvolvido no âmbito da saúde – Operacionalização das UPAs 24h – apresentou destaque no período da análise: crescimento de 21,8% ante 2015, com recursos oriundos, principalmente, das FR 122 e FR 225.

Na área do Transporte Público, o Programa Bilhete Único demandou R\$ 200,13 milhões, crescimento de 4,2% (+R\$ 8,07 milhões) em relação a 2015. Esse montante foi assegurado com recursos do FECP (recursos oriundo do adicional da tributação

Tabela 22 - Função Governamental

FUNÇÕES	1º QUADRIMESTRE		Variação %
	2015	2016	
Saúde	682	849	24,4%
Educação	359	270	-24,8%
Segurança Pública	324	268	-17,1%
Transporte	254	247	-2,7%
Demais Desp. Custeio	1.084	782	-27,8%
Subtotal CUSTEIO	2.703	2.417	-10,6%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.025	6.561	30,6%
ENCARGOS ESPECIAIS	1.246	1.123	-9,8%
TOTAL	8.974	10.101	12,6%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 25/05/2016

Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias

Tabela 23 – Ação/Projeto Governamental

AÇÕES	1º QUADRIMESTRE		Variação %
	2015	2016	
Assistência Ambulatorial e Hospitalar	-	506	-
Operacionalização do Bilhete Único	192	200	4,2%
Operacionalização das UPAs 24h Estaduais	142	173	21,8%
Programa Renda Melhor	82	55	-33,0%
Programa Nutrição Escolar	56	46	-17,8%
Programa Aluguel Social	22	18	-17,9%
Demais Desp. Custeio	2.500	1.838	-26,5%
Subtotal CUSTEIO	2.993	2.835	-5,3%
INATIVOS E PENSIONISTAS	4.976	6.521	31,1%
TRANSF. OBRIGATÓRIAS	1.005	744	-25,9%
TOTAL	8.974	10.101	12,6%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 25/05/2016

Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias



do ICMS). Na análise quanto ao comportamento da função, os dados contábeis do primeiro quadrimestre apontam para uma ligeira queda de 2,7% ante 2015. Em termos monetários, execução a menor de R\$ 6,97 milhões.

Na área de Assistência Social, os programas Renda Melhor e Aluguel Social, auxílio financeiro à população economicamente menos favorecida, exigiram nesses primeiros meses do exercício, valor próximo a R\$ 73,0 milhões, montante esse 29,9% menor que o registrado em igual período do último ano (queda de R\$ 31,05 milhões). Apesar da redução, este programa tem apresentado estabilidade em seus gastos, havendo apenas atrasos momentâneos no repasse dos recursos.

O Programa Nutrição Escolar também apresentou ligeira queda nos gastos do período. Entretanto, a ação desenvolvida pelo Estado com recursos da FR 105 (Salário Educação), continua sendo o maior gasto em outras despesas correntes da função educação após as despesas registradas em encargos sociais de pessoal.

Num contexto mais amplo, as dificuldades enfrentadas pelo ERJ nesse exercício têm impactado a capacidade de manutenção de determinadas ações. Entretanto, a administração vem tentando manter a execução dos principais programas nos mesmos níveis anteriores de aceitação e impacto sobre o público alvo.

➤ Investimentos e Inversões Financeiras

A Tabela 24 apresenta as principais execuções do Governo do ERJ em Investimentos e Inversões Financeiras no exercício. Ao todo, foram investidos R\$ 846,91 milhões no período de janeiro a abril.

No rol de ações desenvolvidas no primeiro quadrimestre de 2016, verifica-se que a função Transporte apresentou considerável destaque. Do total de investimentos realizados pelo Governo do Estado, R\$ 505,53 milhões de recursos públicos foram alocados na função. Praticamente 60,0% do valor total foi executado em projetos que visam a melhoria do transporte público no Estado. Entre eles, destacam-se:

Tabela 24 – Investimentos e Inversões Financeiras

AÇÕES	1º QUADRIMESTRE		Variação
	2015	2016	
Implantação de Novas Linhas Metroviárias	993.081.706	449.392.614	-54,7%
Implantação e Melhorias da Infraestrutura Viária - Pró-Vias	8.861.668	53.155.874	499,8%
Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios	70.546.285	42.367.121	-39,9%
Implantação do Arco Metropolitano - PAC - RJ	62.908.894	40.343.806	-35,9%
Abastecimento de Água - PAC	45.084.018	35.138.566	-22,1%
SUBTOTAL	1.180.482.570	620.397.981	-47,4%
DEMAIS AÇÕES	244.143.360	226.511.977	-7,2%
TOTAL GERAL	1.424.625.930	846.909.958	-40,6%

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos em 25/05/2016

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE



- Implantação de Novas Linhas Metroviárias: R\$ 449,39 milhões de recursos alocados para a construção da linha 4 do Metrô, maior legado em transporte que a população do Rio de Janeiro ganhará com os Jogos Olímpicos. A execução do recurso foi assegurada por meio de Operações de Crédito, FR 111.
- Implantação e Melhorias da Infraestrutura Viária: aplicação de R\$ 53,15 milhões por meio do Programa PROVIAS, programa financiado pela Caixa Econômica Federal, que tem como objetivo a expansão e melhoria das vias públicas, rodovias e estradas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, uma parceria com o Governo Federal.

Já na função Urbanismo, o Estado alocou R\$ 142,97 milhões de recursos públicos. Desse total, R\$ 111,82 milhões advêm de Operações de Crédito e R\$ 31,11 milhões de Transferência do Governo Federal – PAC. Diversas ações merecem destaque, das quais:

- Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios: R\$ 42,37 milhões de recursos, oriundos da FR 111, foram alocados em políticas públicas que visam apoiar o desenvolvimento dos municípios. Saquarema foi um dos mais beneficiados, neste primeiro quadrimestre, com a execução das obras de drenagem e pavimentação em diversas ruas desse município (R\$ 12,08 milhões) por meio do Programa Somando Forças.
- Implantação do Arco Metropolitano: R\$ 40,34 milhões foram destinados às obras complementares da rodovia BR-493/RJ, hoje, oficialmente denominada Arco Metropolitano. Desse montante, R\$ 31,11 milhões são originados de Transferências com a União (convênios para a execução do PAC).



Estação Nossa Senhora da Paz



Foto aérea do Arco Metropolitano



V.IV - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ²⁶, FECAM²⁷ e FEHIS²⁸.

A Tabela 25 ao lado, apresenta os percentuais verificados pelos índices constitucionais e legais, com base na arrecadação da receita e na liquidação das despesas neste primeiro quadrimestre de 2016.

O acompanhamento ao longo do ano e a divulgação dos resultados momentâneos por meio deste Boletim de Transparéncia tem a finalidade de balizar a gestão orçamentária e financeira adequada ao cumprimento dos percentuais constitucionais e legais. A apuração consolidada desses indicadores é realizada ao fim do exercício.

Numa visão mais ampla, a execução orçamentária, nesse início de exercício, ocorre em ritmo lento, sobretudo nos índices da Educação, FECAM e FEHIS, como consequência direta da realidade fiscal atual e da dificuldade financeira do ERJ.

A apuração dos índices leva em consideração as receitas e despesas previstas pela respectiva legislação: para os Índices de Educação e Saúde são contabilizados os recursos provenientes da arrecadação de impostos e de transferências recebidas pelo Estado e as despesas por eles financiados; para o Índice da FAPERJ a receita base é composta pelos recursos líquidos de impostos (subtraída das transferências aos municípios) deduzida dos montantes equivalentes à aplicação em Educação e Saúde; para o FECAM, a aplicação mínima em gastos com meio ambiente é igual a 5% dos recursos de royalties oriundos da exploração dos campos de pós-sal, mais 10% do pré-sal; e, por fim, para o FEHIS o mínimo equivale a 10% dos recursos provenientes do Fundo de Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECP –, receita tributária que incide adicionalmente ao ICMS.

A seguir, os gastos correspondentes aos índices serão tratados detalhadamente.

Tabela 25 – Execução dos Índices Constitucionais

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS				R\$ Milhares
PERÍODO	1º QUADRIMESTRE		Variação %	
	2015	2016		
EDUCAÇÃO				
RECEITA BASE	11.548.362	12.166.364	5,4%	
DESPESA LIQUIDADA	3.264.440	2.841.122	-13,0%	
Uos	1.356.672	1.630.649	20,2%	
FUNDEB	1.907.768	1.210.473	-36,6%	
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	2.887.090	3.041.591	5,4%	
% ÍNDICE	28,3%	23,4%	-4,92%	
SAÚDE				
RECEITA BASE	11.548.362	12.166.276	5,4%	
DESPESA LIQUIDADA*	890.464	821.062	-7,8%	
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	1.385.803	1.459.953	5,4%	
% ÍNDICE	7,7%	6,7%	-1,0%	
FAPERJ				
RECEITA BASE	6.882.797	7.273.344	5,7%	
DESPESA LIQUIDADA	47.066	29.892	-36,5%	
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	137.656	145.467	5,7%	
% ÍNDICE	0,7%	0,4%	-0,3%	
FECAM				
RECEITA BASE	1.586.476	1.115.810	-29,7%	
DESPESA LIQUIDADA**	25.745	11.346	-55,9%	
MÍNIMO A SER APLICADO	79.324	55.790	-29,7%	
% ÍNDICE	1,6%	1,0%	-0,6%	
FEHIS				
RECEITA BASE	1.008.955	1.162.526	15,2%	
DESPESA LIQUIDADA	42.279	25.906	-38,7%	
UOS	20.591	8.106	-60,6%	
Aluguel Social	21.687	17.800	-17,9%	
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	100.896	116.253	15,2%	
% ÍNDICE	4,2%	2,2%	-2,0%	

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 25/05/2016

1. Valor da Despesa Liquidada

* Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde

** Desconta o valor de RP Processado Cancelado inscritos nos últimos 5 anos.

²⁶ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

²⁷ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

²⁸ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social



➤ Educação

Nesse primeiro quadrimestre do ano, o índice Educação apontou para uma aplicação de 23,4% da receita base. Dos R\$ 3,04 bilhões a aplicar, o Estado alocou R\$ 2,84 bilhões em despesas, dos quais, R\$ 1,21 bilhão por meio dos recursos do FUNDEB. Comparativamente ao mesmo período de 2015, registou-se uma queda no grau de execução como consequência direta do atual cenário econômico. Até o término do exercício, a execução será ajustada à determinação legal.

A Tabela 26 demonstra a despesa executada por grupo de despesa na função. A despesa total liquidada nas fontes Tesouro alcançou R\$ 2,01 bilhões nesse quadrimestre. Frente a 2015, uma variação negativa de 38,2% (-R\$ 1,24 bilhão), fortemente influenciada pela variação de pessoal (-R\$ 505,23 milhões) em parte pela antecipação das contribuições patronais ao Rioprevidência ocorrida em 2015, além da redução em contratos terceirizados e gratificações especiais. Boa parcela da despesa de pessoal é também custeada com recursos da FR 215, detalhada no item “Outras Fontes de Recursos”. O quadro apresenta os efeitos de uma desaceleração dos gastos no índice nesse inicio de exercício.

No grupo Outras Despesas Correntes, que agrupa o custeio de todas as Unidades Orçamentárias que compõem o índice, observou-se o efeito das medidas de contenção de gastos e de otimização dos recursos adotados pelos órgãos. Grande parte da operacionalização foi executada através de recursos da FR 05 (Salário Educação), cujos gastos não são contabilizados no índice. Essa mudança de gestão acarreta numa menor execução das despesas que antes eram asseguradas com recursos do Tesouro. Entretanto, cabe destacar a execução FUNDEB: mesmo com variação negativa de 36,6% (-R\$ 697,29

Tabela 26 – Aplicação na Função Educação

Em R\$ Milhares

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO			Participação em 2016
	2015	2016	Variação %	
Pessoal	1.234.440	729.213	-40,9%	36,2%
Outras Desp. Correntes	2.029.870	1.287.501	-36,6%	63,8%
Custeio*	122.102	77.028	-36,9%	3,8%
FUNDEB*	1.907.768	1.210.473	-36,6%	60,0%
Investimento/Inversões	130	294	125,7%	0,0%
TOTAL	3.264.440	2.017.008	-38,2%	100,0%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 25/05/2016

*A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral

Tabela 27 – Distribuição do Índice por UO

Em R\$

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO			Participação
	2015	2016	Variação %	
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	571.903.124	225.471.688	-60,6%	11,2%
DEGASE - Depart.Geral Ações Socio-Educat.	51.527.344	56.785.145	10,2%	2,8%
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	362.265.741	274.126.338	-24,3%	13,6%
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	297.815.123	187.187.393	-37,1%	9,3%
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	55.591.082	49.335.471	-11,3%	2,4%
CECIERJ - Fund Centro Ciên Educ Sup Distânc do Est RJ	9.831.774	8.302.402	-15,6%	0,4%
UEZO - Fund Centro Univers Estad da Zona Oeste	7.737.458	5.326.612	-31,2%	0,3%
Total das Unidades Orçamentárias**	1.356.671.644	806.535.049	-40,6%	40,0%
FUNDEB**	1.907.768.019	1.210.472.755	-36,6%	60,0%
TOTAL DO ÍNDICE	3.264.439.664	2.017.007.804	-38,2%	100,0%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 25/05/2016

*A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias.

** Participação calculada com base no Total do Índice da Educação.



milhões), o Fundo representou a maior despesa do grupo com participação de 60,0% do total aplicado na função.

A Tabela 27 demonstra a distribuição da despesa do índice por Unidade Orçamentária do ERJ, além da análise das maiores participações executadas neste 1º quadrimestre. O total de participação das Unidades que entram na distribuição do índice neste quadrimestre alcançou 40,0%, além do FUNDEB que teve 60,0% de representação.

A Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) apresentou participação de 11,2% na composição do índice, com uma execução total de R\$ 225,47 milhões e uma redução de 60,6% (-R\$ 346,43 milhões) em relação ao mesmo período de 2015.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) também registrou queda 24,3% (-R\$ 88,13 milhões). Do valor total aplicado, 83,0% foram alocados em despesa de pessoal (R\$ 227,40 milhões). No período, a participação da universidade ficou em 13,6%.

A Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) liquidou R\$ 187,19 milhões, queda de 37,1% (-R\$ 110,63 milhões). O custeio teve a sua despesa reduzida em 52,2%, um decréscimo de R\$ 3,41 milhões ante 2015. Esta variação reflete os ajustes na operacionalização das unidades da FAETEC.

○ Educação - Outras Fontes de Recursos

Tabela 28 – Demais Fontes de Recursos

A Tabela 28 apresenta a destinação dos recursos não provenientes do Tesouro na Função Educação (Demais Fontes de Recursos). Esses recursos foram responsáveis por montante significativo dentro do gasto total da área. No período, a despesa apresentou uma variação negativa de 12,3% (-R\$ 132,16 milhões). O valor total aplicado na função atingiu R\$ 940,60 milhões.

Neste primeiro quadrimestre foram executados R\$ 838,51 milhões de despesas financiadas pela FR 215 (FUNDEB). A participação alcançou 89,1% mesmo com uma variação negativa 10,4% (-R\$ 97,77 milhões). A SEEDUC atendeu plenamente o desembolso da folha de pessoal com total pago

FR - FONTES NÃO TESOURO	FUNÇÃO EDUCAÇÃO		
	2015	2016	Variação %
FUNDEB (FR 215)	936.278.937	838.510.325	-10,4%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 105)	82.069.608	67.041.662	-18,3%
TRANSF. VOLUNT. DA UNIÃO NÃO REFERENTES A CONVÊNIOS (FR 224)	16.198.856	15.271.489	-5,7%
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 230)	8.869.542	7.898.268	-11,0%
SUS (FR 225)	7.765.875	5.820.861	-25,0%
OPERAÇÃO DE CRÉDITO (FR 111)	11.495.747	-	-100,0%
CONVÊNIOS (FR 212)	10.081.005	6.055.332	-39,9%
TOTAL	1.072.759.570	940.597.938	-12,3%
Em R\$			

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 25/05/2016

Exclui despesas intra-orçamentárias, CEPERJ e FAPERJ



de R\$ 774,28 com a folha de pessoal dos profissionais da educação. Até o mês de abril, R\$ 64,24 milhões em benefícios concedidos aos docentes (auxílio alimentação e transporte).

O Salário Educação (FR 105), contribuição social arrecadada pela União e distribuída às Secretarias de Educação de Estados e Municípios através do FNDE, apresentou um decréscimo de 18,3% (- R\$ 15,02 milhões) em comparação ao mesmo período de 2015. Foram desembolsados R\$ 67,04 milhões de recursos com destaque para duas ações desenvolvidas pela SEEDUC. A maior parcela (R\$ 42,37 milhões) atendeu as descentralizações para as unidades escolares e R\$ 10,10 milhões foram aplicados no programa de alimentação escolar.

As despesas liquidadas por meio das Transferências da União (FR 224) apresentou uma variação negativa de -5,7% (-R\$ 927,36 mil). O montante aplicado foi executado na Secretaria de Educação (R\$ 14,82 milhões) e FAETEC (R\$ 442,05 mil).

Por fim, os repasses do SUS (FR 225), aplicados pela UERJ, foram totalmente direcionados à Operacionalização do Hospital Universitário Pedro Ernesto.



➤ Saúde

No primeiro quadrimestre do exercício de 2016, a aplicação de recursos em ações direcionadas à Rede de Saúde Pública do ERJ, em relação ao mesmo período de 2015, apresentou queda de 7,8% (-R\$ 69,40 milhões). A Tabela 29 demonstra o resultado apurado pelo recorte Grupo de Despesa.

Destaca-se a participação no grupo de despesa de Outras Despesas Correntes na execução do índice, com 62,7% das aplicações em Ações e Serviços de Saúde. Neste grupo foi constatado acréscimo de 7,8% (+R\$ 37,44 milhões) em relação ao ano anterior. A análise das principais ações desenvolvidas no primeiro quadrimestre será abordada abaixo conforme as destinações finais mais expressivas:

1- Assistência Ambulatorial e Hospitalar – investiu-se R\$ 382,85 milhões direcionados para a Gestão de Serviços de Saúde, distribuídos nos Hospitais conforme Tabela 30 ao lado.

2- Operacionalização das UPA's 24 horas Estaduais – aplicação de R\$ 62,71 milhões. A Tabela 31 demonstra o detalhamento da despesa por Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

3- Assistência em Unidade de Tratamento Intensivo para Crianças no período Neonatal – gastos de R\$ 21,19 milhões com esses serviços de assistência à saúde.

4- Apoio ao Hospital Universitário Pedro Ernesto – despesa realizada de R\$ 8,21 milhões, na qual foram repassados R\$ 2,10 milhões à Vigilância Ostensiva; R\$ 1,8 milhão à Limpeza e Conservação; R\$ 1,38 milhão em Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; R\$ 905,63 mil em Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; dentre outras despesas.

No grupo Investimento/Inversões foi constatada uma redução acentuada em função do contingenciamento necessário do orçamento frente às frustrações de arrecadação de receita.

No grupo de Despesa da Pessoal houve um decréscimo de 25% (-R\$ 101,98 milhões) em relação ao ano passado: reflexo dos ajustes realizados ao longo dos meses com o objetivo de reequilibrar as contas do ERJ devido à diminuição considerável de orçamento.

Tabela 29 – Aplicação do Índice por Grupo de Despesa

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2016
	2015	2016		
Pessoal	408.067.060	306.091.476	-25,0%	37,3%
Outras Desp. Correntes	477.069.950	514.506.847	7,8%	62,7%
Investimento/Inversões	3.312.751	0	-100,0%	0,0%
Amortização da Dívida	2.014.115	463.434	-77,0%	0,1%
TOTAL	890.463.877	821.061.757	-7,8%	100,0%

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 25/05/2016.

Tabela 30 – Repasse para OS's

REPASSE PARA AS OS's - 2016		
UNIDADES COM GESTÃO COMPARTILHADA INTEGRAL	LOCALIZAÇÃO	JAN A ABR
HOSPITAL ESTADUAL VEREADOR MELCHIADES CALAZANS	NILÓPOLIS	16,72
HOSPITAL DA MULHER HELONEIDA STUDART	SÃO JOÃO DE MERITI	30,23
HOSPITAL ESTADUAL ALBERTO TORRES	SÃO GONÇALO	63,00
HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANÇA	VILA VALQUEIRE	8,42
HOSPITAL ESTADUAL ADÃO PEREIRA NUNES	DUQUE DE CAXIAS	68,09
HOSPITAL DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DONA LINDU	PARAÍBA DO SUL	2,00
HOSPITAL ESTADUAL GETÚLIO VARGAS	PENHA	43,00
HOSPITAL ESTADUAL DO CÉREBRO	CENTRO RJ	14,50
HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA	NITERÓI	51,37
HOSPITAL ESTADUAL CARLOS CHAGAS	MARECHAL HERMES	4,50
HOSPITAL ESTADUAL DE SAQUAREMA	SAQUAREMA	17,33
HOSPITAL ESTADUAL ROBERTO CHABO	ERI	22,52
SERVIÇOS DE GESTÃO DE SAÚDE	-	5,01
HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS	CENTRO RJ	19,16
COMPLEXO REGIONAL MATERNIDADE E CLÍNICA DA MULHER	MESQUITA	17,00
TOTAL REPASSADO		382,85

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 25/05/2016.

*Os dados foram ajustados devido a lançamentos em PT's divergentes.



A Tabela 32 abaixo evidencia a distribuição dos recursos por unidade orçamentária do Estado.

O Fundo Estadual de Saúde (FES), mesmo sendo o grande responsável pela execução no período (87,5%, R\$ 718,70 milhões), apresentou um decréscimo (-6,4%, ou seja, R\$ 48,94 milhões) frente ao executado em 2015, devido à baixa execução orçamentária decorrente da crise no cenário econômico desse exercício.

O destaque na variação da execução por Unidade Orçamentária foi a SES (UO 2901). Essa unidade orçamentária não teve execução orçamentária nesse primeiro quadrimestre devido a três importantes fatores: houve o remanejamento do orçamento de três importantes projetos de trabalho da Secretaria de Estado de Saúde – SES – para o FES (UO 2961); a dotação inicial e atual dessa UO está num valor anual bem baixo (R\$ 771.000) e o contingenciamento dessa dotação está bem alto (R\$ 752.789),

A Fundação Saúde do ERJ (UO 2942) exibiu um leve decréscimo em relação a 2015: variação negativa de R\$ 2,20 milhões (-2,4%). A execução da despesa na Fundação é contabilizada na FR 23 (Contratos Intraorçamentários de Gestão de Saúde), previamente empenhada no FES, com recursos do Tesouro em favor da Fundação.

As despesas do Instituto Vital Brazil (IVB) diminuíram em R\$ 272,70 mil (-2%) em relação ao ano anterior, refletindo o ritmo lento de execução orçamentária deste exercício de 2016. Sua participação na execução do índice foi de 1,6% das aplicações e seus gastos com recursos do Tesouro foram direcionados a Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 8,05 milhões), Desenvolvimento Tecnológico, Produção Industrial e Distribuição de Medicamentos (R\$ 1,94 milhão) e Realização de Estudos sobre Envelhecimento (R\$ 4,41 milhões), dentre outras despesas de menor vulto.

Além dos recursos do Tesouro, a Função Saúde também é financiada com recursos de Outras Fontes, não contabilizados para fins de apuração do Índice Constitucional. A Tabela 33 abaixo discrimina o detalhamento da execução a partir de tais fontes.

Tabela 31 – UPA's por OS do ERJ em 2016

UPA'S 24HS do ERJ (Gestão por meio de OS)	Em R\$ VALORES REPASSADOS JAN A ABR
SÃO GONÇALO I	3.062.500
MESQUITA	1.696.327
COMPLEXO PENITENCIÁRIO de BANGU	2.482.833
SÃO GONÇALO II	3.061.500
NOVA IGUAÇU II	1.000.000
CAMPOS dos GOYTACAZES	2.125.000
SÃO PEDRO DA ALDEIA	1.500.000
CAXIAS II	1.650.000
ITABORAÍ	1.489.998
BOTAFOGO	1.708.520
ENGENHO NOVO	2.000.000
ILHA DO GOVERNADOR	2.000.000
PENHA	3.368.759
COPACABANA	1.730.506
JACAREPAGUÁ	1.500.000
MARÉ	1.500.000
QUEIMADOS	2.256.741
TIJUCA	1.500.000
IRAJÁ	1.935.000
NOVA IGUAÇU I	500.000
BANGU	3.062.500
NITERÓI	2.062.500
CAMPO GRANDE II	1.700.000
CAXIAS I	1.150.000
MARECHAL HERMES	2.125.000
REALENGO	3.062.500
RICARDO DE ALBUQUERQUE	3.062.500
SANTA CRUZ	1.700.000
MAGÉ	1.650.000
CAMPO GRANDE I	1.700.000
UPA's DIVERSAS	3.370.718
TOTAL REPASSADO	62.713.401

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 25/05/2016.

*Os dados foram ajustados devido a lançamentos em PTs divergentes.

Tabela 32 – Distribuição do Índice por UO

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO			Participação em 2016	Em R\$
	2015	2016	Variação %		
FES - Fundo Estadual de Saúde	767.644.552	718.704.148	-6,4%	87,5%	
Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro	91.440.658	89.243.866	-2,4%	10,9%	
IVB - Instituto Vital Brasil S.A.	13.386.442	13.113.743	-2,0%	1,6%	
SES - Secretaria de Estado de Saúde	17.992.225	0	-100,0%	0,0%	
TOTAL DO ÍNDICE	890.463.877	821.061.757	-7,8%	100,0%	

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 25/05/2016.



Neste início de ano, as despesas do Sistema Único de Saúde (SUS - FR 225) foram o grande destaque de aplicação na função em relação ao mesmo período de 2015: variação positiva de 82,1%; +R\$ 129,97 milhões.

Esse aumento das despesas financiadas com a fonte do SUS provém da substituição do uso dessa fonte nos programas de trabalho diante da escassez de fonte tesouro devido à crise econômica que se encontra o ERJ. Do montante de R\$ 288,36 milhões executados na FR, R\$ 149,96 milhões foram direcionados para a Assistência Ambulatorial e Hospitalar; R\$ 83,25 milhões foram aplicados na Operacionalização das UPA's 24hs Estaduais; R\$ 11,31 milhões foram para a Assistência em Unidade de Tratamento Intensivo para Crianças no Período Neonatal; R\$ 7,39 milhões para a Realização de Ações de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos; dentre outras despesas menores.

Tabela 33 – Distribuição da Função Saúde nas Fontes Não Tesouro

FR- FONTES NÃO TESOURO	FUNÇÃO SAÚDE				Participação em 2016	
	1º QUADRIMESTRE		Variação %			
	2015	2016				
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10 e 230)	49.801.082	50.582.854	1,6%	14,9%		
SUS (FR 25 e 225)	158.389.268	288.362.871	82,1%	85,1%		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11 e 111)	2.992.299		0	-100,0%	0,0%	
CONVÊNIOS (FR 19 e 218)	7.522.974		0	-100,0%	0,0%	
TOTAL	218.705.623	338.945.725	55,0%		100,0%	

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 25/05/2016.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias



➤ FAPERJ

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ), órgão executor das ações na área de Ciência e Tecnologia, executou R\$ 29,89 milhões nesse primeiro quadrimestre, valor 36,5% inferior ao mesmo período de 2015. Essa queda é reflexo do cenário econômico de forte recessão que tem obrigado o Estado do Rio de Janeiro a proceder com medidas de redução dos gastos em 2016.

A despesa liquidada pela Fundação representou 0,4% da receita base do índice, percentual ainda compatível com o período. Comparativamente a 2015, houve queda de 0,3pp.

A Tabela 34 demonstra a execução do índice nas principais ações do ano.

Principal projeto desenvolvido pelo Governo do Estado nesse primeiro quadrimestre, a ação Apoio a Estudantes e Pesquisadores registrou, ante 2015, uma variação negativa de 38,8% (-R\$ 11,09 milhões) nas despesas liquidadas. O projeto busca atender as demandas dos alunos através de bolsas e auxílios. A despesa executada correspondeu a 58,6% do total realizado no índice com recursos do Tesouro.

Em contrapartida, outro importante projeto executado – Fomento para Estudos e Pesquisas através da UERJ – registrou acréscimo de 33,8% (+R\$ 882,60 mil). A ação procura atender os programas Proatec e Prociência.

Em relação às despesas cobertas pelas Outras Fontes, foram desembolsadas R\$ 218,81 mil com recursos de convênio (Transferências Voluntárias - FR 212) na ação Apoio a Estudantes e Pesquisadores. Despesas com devolução do saldo de convênios FAPERJ/INMETRO encerrados. (Tabela 35)

Tabela 34 – Execução Orçamentária Fonte Tesouro

FAPERJ

PROJETO/ATIVIDADE	1º QUADRIMESTRE		Variação %
	2015	2016	
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	28.611.923	17.524.080	-38,8%
Fomento para Estudos e Pesquisas da UERJ	2.430.540	3.253.135	33,8%
Fomento à Formação Superior à Distância - CECIERJ	5.160.527	2.917.041	-43,5%
Pessoal e Encargos Sociais	2.978.671	2.446.737	-17,9%
Fomento para Estudos e Pesquisas da UENF	3.484.383	2.092.499	-39,9%
Manut Ativid Operacionais / Administrativas	334.177	1.500.024	348,9%
Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública	193.101	135.188	-30,0%
Fomento à Inovação Tecnológica	239.865	19.520	-91,9%
Prest. de Ser.entre Órgãos Estaduais/ Aquis Comb. e Lubrif.	3.321	4.003	20,5%
TOTAL	47.065.788	29.892.225	-36,5%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 25/05/2016

Tabela 35 – Execução Orçamentária Outras Fontes FAPERJ

PROJETO/ATIVIDADE	1º QUADRIMESTRE		Variação %
	2015	2016	
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	305.380	218.812	-28,3%
TOTAL	305.380	218.812	-28,3%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 25/05/2016



➤ **FECAM**

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), responsável pela gestão de projetos de investimento direcionados para o setor de meio ambiente do ERJ, conta, a partir de norma estadual, com 5% dos recursos provenientes da indenização pela extração do petróleo e gás do ERJ e de 10% dos recursos quando provenientes da camada do pré-sal.

Neste primeiro quadrimestre, o FECAM liquidou R\$ 11,35 milhões em despesas custeadas com recursos da fonte 104 (Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo). Frente a 2015, constatou-se uma redução de 56,0% (R\$ 14,42 milhões) no grau de execução.

As ações realizadas estão descritas na Tabela 36. Nela são apresentados os principais projetos desenvolvidos, assim como o órgão responsável pela execução e os valores liquidados no exercício. Dentre elas, destaque para Realização de Intervenções para Mitigação de Inundações, ação com maior expressividade no período. Com um gasto total de R\$ 3,99 milhões, esse projeto corresponde a 35,2% do total liquidado no Fundo e contempla ações importantes como o Programa de limpeza dos leitos e margens dos corpos hídricos do ERJ.

Tabela 36 - Índice FECAM

ORGÃO EXECUTOR	AÇÃO	PRINCIPAIS INVESTIMENTOS	1º QUADRIMESTRE Em R\$
INEA	5410 - Realização de Intervenções para Mitigação de Inundações	Programa de limpeza dos leitos e margens dos corpos hídricos do ERJ	3.194.052
		Supervisão e assistência técnica para implantação de unidades habitacionais	631.546
		Pagamento de aluguel social	168.800
	1016 - Retirada do Lixo Flutuante da Baía de Guanabara	Prestação de serviços, com embarcações constuídas e tripuladas para retirada de resíduos sólidos da Baía de Guanabara - Projeto Baía Sem Lixo	1.111.916
		Instalações de barreiras de contenção de lixo flutuante e serviço de remoção do mesmo em diversos cursos d'água da Baía de Guanabara	1.155.784
	5389 - Operação e Análise dos Dados da Rede Hidrometeorológica	Despesas com operação da rede hidrometeorológica telemétrica e radares meteorológicos, tratamento e armazenamento de dados hidrológicos do ERJ.	1.110.609
	5459 - Revitalização dos Corpos Hídricos	Gerenciamento e supervisão das obras de recuperação e revitalização ambiental sustentável do complexo lagunar da baixadade Jacarepaguá	894.321
		Recuperação e melhoria do sistema lagunar Piratininga - Itaipu / ERJ	20.307
CEDAE	5452 - Desenvolvimento dos instrumentos de gestão ambiental	Serviços técnicos de profissionais de TI	198.998
	1198 - Ampliação do Esgotamento Sanitário da Zona Oeste	Obras de esgotamento sanitário do eixo Barra	1.496.234
SEA		Ampliação do sistema coletor de esgotamento sanitário da lagoa da Tijuca	919.806
1016 - Retirada do Lixo Flutuante da Baía de Guanabara	Serviços de supervisão e manutenção de Ecobarcos	311.819	
PESAGRO	5463 - Proteção da Biodiversidade e dos Sistemas Florestais	Execução de serviços rurais	104.497
		Consultoria de serviços de haveicultura	27.404
TOTAL			11.346.093

Fonte: SIAFE-Rio

Dados extraídos em 25/05/2016



➤ FEHIS

O Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social (FEHIS) é financiado com 10% dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECP) para ações na área de habitação.

A Tabela 37 detalha os gastos do índice do FEHIS destacando os órgãos executantes, as ações, os principais projetos e o montante liquidado em cada uma deles no acumulado do quadrimestre.

O FEHIS executou um montante de R\$ 25,94 milhões nesse 1º quadrimestre. A SEASDH foi responsável pela execução de 68,6% dos recursos liquidados, principalmente por meio da Concessão do Aluguel Social, ação que consiste no benefício financeiro assistencial temporário e emergencial disponibilizado com o intuito de atender a remoção de famílias que estão alocadas em áreas de risco ou desabrigadas por razão de calamidade pública. Os principais investimentos realizados pelo projeto foram para atender as famílias residentes nos municípios de Niterói, São Gonçalo e para aquelas residentes na Região Serrana.

Por fim, o projeto de Urbanização de Assentamentos Irregulares, com ações de infraestrutura em diversos bairros, foi responsável por 25,7% dos gastos no período dentro do índice. Foram R\$ 6,66 milhões em despesas liquidadas até abril.

Até setembro de 2015, os recursos do Fundo eram executados de forma pulverizada pelos seguintes órgãos: Secretaria de Obras - SEOBRAS; Secretaria de Habitação - SEH; Instituto de Terras e Cartografia - ITERJ; Companhia Estadual de Habitação - CEHAB e pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH.

A partir de outubro, por meio do Decreto Nº 45.410, foi criada a Unidade Orçamentária 1962 - Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social - FEHIS, em atendimento a Lei Estadual Nº 7.063, possibilitando um melhor acompanhamento da execução dos recursos, que passaram a ser executados de forma centralizada.

Tabela 37 - Índice FEHIS

ÓRGÃO EXECUTOR	AÇÃO	PRINCIPAIS INVESTIMENTOS	Em R\$ 1º QUADRIMESTRE
SEOBRAS EMOP	1830 - Apoio à Urbanização de Comunidades - FEHIS	Pagamento de indenização para desocupação de imóvel necessário às obras do PAC - Manguinhos	876.577
ITERJ	1119 - Cooperação Técnico-Financeira BNDES/ITERJ 2710 - Regularização Fundiária de Interesse Social	Serviços técnicos especializados para elaboração do plano estratégico Despesas com regularização de áreas ocupadas pelas comunidades	36.685 1.091
	2712 - Apoio ao Fomento Socioprodutivo dos Assentamentos Rurais e Urbanos	Despesas com deslocamento de servidor para visita técnica a diversos assentamentos rurais como Serra do Matoso, Mutirão da Conquista e comunidades de Madame Machado	55.507
SEH	8185 - Realocação de Moradores de Áreas de Risco e Insalubres	Benefício de aluguel provisório	187.200
CEHAB	3526 - Produção de Unidades Habitacionais 3529 - Recuperação de Conjuntos Habitacionais 3530 - Urbanização de Assentamentos Irregulares	Despesas de locação de equipamentos Obras de recuperação de blocos do conjunto habitacional Doutor Roberto Silveira - DUQUE DE CAXIAS Obras de infra-estrutura nos bairros Cabuçú, Curuzú e São José no Município de Itaboraí/RJ	22.835 296.573 6.659.070
SEASDH	1579 - Concessão de Aluguel Social	Pagamento de aluguel social das famílias residentes nos municípios de Niterói, São Gonçalo e Região Serrana	17.799.859
COCOM	2710 - Regularização Fundiária de Interesse Social	Despesas com regularização fundiária	7.823
TOTAL			25.943.219



VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Cota Financeira

A programação da cota financeira em 2016 está sendo impactada pelo atual cenário econômico que o Estado atravessa.

Como o objetivo prioritário do governo estadual tem sido o pagamento de folha de pessoal, a evolução da liberação das cotas financeiras para o pagamento das obrigações relativas a custeio e investimento sofreram ajustes.

As cotas liberadas representaram 86,2% das despesas liquidadas e do total das cotas liberadas, 94,5% foram utilizadas. Quanto à etapa de pagamento, o percentual das despesas pagas em relação à cota utilizada foi de 74,8%.

Na fase de emissão de Programações de Desembolso (PD), as áreas de assistência social e saúde consumiram 99,1% e 94,2% das cotas liberadas, respectivamente, conforme demonstrado na Tabela 39.

O Tesouro Estadual pagou 74,8% das PDs emitidas, sendo que a área de segurança teve 100,0% das despesas pagas até abril de 2016.

Tabela 38

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ ABRIL DE 2016

R\$ Milhões			
DESP. LIQUIDADA (A)	COTA FIN. LIBERADA (B)	COTA FIN. UTILIZADA (C)	DESP. PAGA (D)
(B)/(A)	(C)/(A)	(C)/(B)	(D)/(C)
1.107	954	902	675
86,2%	81,5%	94,5%	74,8%

Fonte: SIAFE-RIO

Obs: Posição acumulada até abr/2016

Tabela 39

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ ABRIL DE 2016 POR ÁREAS				
ÁREAS	DESP. LIQUIDADA (A)	COTA FIN. LIBERADA (B)	COTA FIN. UTILIZADA (C)	DESP. PAGA (D)
EDUCAÇÃO	19	11	10	4
SAÚDE	608	531	501	384
SEGURANÇA	58	39	36	36
ASSISTÊNCIA SOCIAL	64	58	57	42
DEMAIS ÁREAS	358	315	299	209
TOTAL GERAL	1.107	954	902	674

Fonte: SIAFE-RIO

Obs: Posição acumulada até abr/2016

ÁREAS	(B)/(A)	(C)/(A)	(C)/(B)	(D)/(C)
EDUCAÇÃO	56,4%	52,9%	93,7%	36,1%
SAÚDE	87,4%	82,3%	94,2%	76,7%
SEGURANÇA	68,5%	61,7%	90,2%	100,0%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	89,2%	88,4%	99,1%	74,0%
DEMAIS ÁREAS	88,1%	83,5%	94,8%	69,9%
TOTAL GERAL	86,2%	81,5%	94,5%	74,8%

Fonte: SIAFE-RIO

Obs: Posição acumulada até ABR/2016



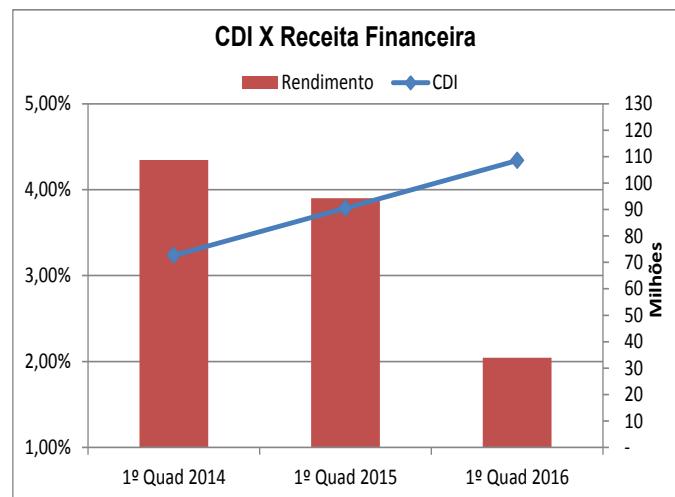
VI.2 Pagamento de PD's

O prazo médio de pagamento no primeiro quadrimestre foi de 21 dias. Grande parte dos pagamentos, cerca de 94,1%, ocorreu em até 20 dias. Os pagamentos de 21 até 30 dias representaram 2,0% do total e acima de 30 dias, 3,9%.

VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

O Comitê de Política Monetária (COPOM) realizou, nos dias 26 e 27 de abril de 2016, a 198ª reunião, na qual decidiu, por 6 votos a 2, pela manutenção da taxa Selic em 14,25% a.a., sem viés. O cenário de referência leva em conta as hipóteses de manutenção da taxa de câmbio em R\$3,55/US\$ e da taxa Selic em todo o horizonte relevante. Nesse contexto, o Comitê reiterou que adotará as medidas necessárias de forma a assegurar o cumprimento dos objetivos do regime de metas, ou seja, circunscrever a inflação aos limites estabelecidos pelo CMN, em 2016, e fazer convergir a inflação para a meta de 4,5%, em 2017.

Gráfico 9

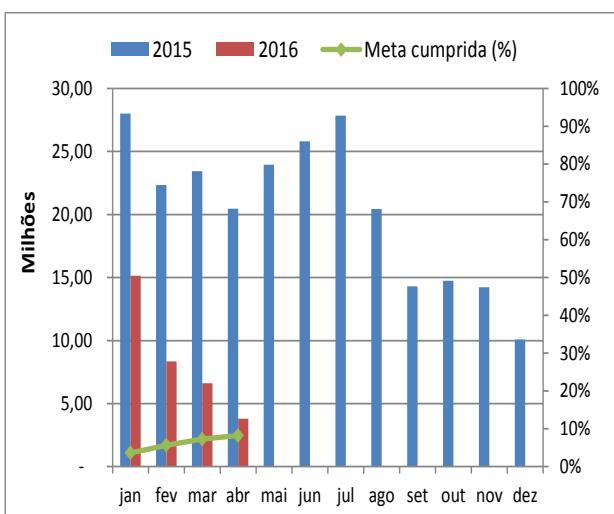


No 1º quadrimestre de 2016, os fundos nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos, mantiveram o bom desempenho, obtendo em média 97,4% da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI – benchmark estabelecido pelo Tesouro para os fundos). A receita do primeiro quadrimestre de 2016 teve uma redução de 13,3% com relação ao mesmo período de 2015.

Em 2016, quando comparado ao 1º quadrimestre de 2015, a receita financeira apresentou queda de 64,0%, fato que se justifica devido ao agravamento da crise financeira enfrentada pelo Estado.

Analizando-se o primeiro quadrimestre de 2016, a taxa Selic manteve-se constante em 14,3%. Todavia, devido à queda da arrecadação e da receita proveniente dos royalties do petróleo, houve frustração no desempenho da receita financeira do Tesouro Estadual

Gráfico 10



Fonte: SiafeRio



ao longo desse ano, apresentando decréscimo de 64,0%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Vale ressaltar que a meta de arrecadação financeira, estipulada pela LOA, está em R\$ 413,89 milhões e no primeiro quadrimestre foram realizados 8% deste montante.

VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

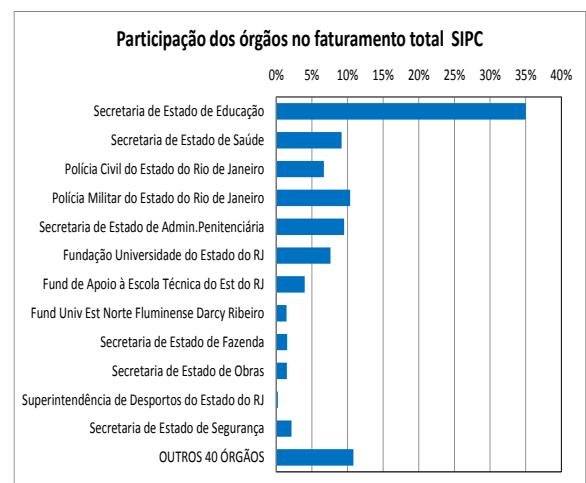
Uma medida que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais, abarca atualmente 19 concessionárias.

Considerando o faturamento de 2016, por meio do SIPC, foram registrados até o presente momento R\$ 144,86 milhões referentes a faturamento acumulado de serviços essenciais, dos quais foram adimplidos R\$ 344,2 mil.

O Governo do Estado do RJ encontra-se preocupado em sanar a grande inadimplência junto às concessionárias de serviços públicos devido às restrições orçamentárias e financeiras impostas pelo cenário econômico atual.

Dessa forma, por meio da Lei nº 7.298, de 31 de maio de 2016, ficou o Poder Executivo autorizado a realizar a compensação de dívidas líquidas e certas decorrentes de serviços públicos essenciais de telecomunicações, fornecimento de energia elétrica e de fornecimento de gás canalizado prestados ao Estado do Rio de Janeiro. Foram abarcados também os gastos com combustíveis e o montante referente ao benefício de gratuidade nos serviços de transportes rodoviários intermunicipais de passageiros. A Lei prevê a compensação das dívidas com créditos tributários vincendos relativos ao ICMS devido pelas concessionárias, autorizatárias, permissionárias e empresas fornecedoras de combustíveis, relativo ao período de janeiro de 2015 a abril de 2016.

Gráfico 11





VI.4.1 Características de Consumo

Analisando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 1º quadrimestre de 2016, houve redução global de 33,4%, comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, de janeiro a abril de 2016, foram gastos com demanda de alta tensão R\$ 6,02 milhões, sendo R\$ 5,30 milhões de demanda contratada e R\$ 0,72 milhões de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados wireless.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, prestados pela Oi/Telemar, de janeiro a abril de 2016, a média do faturamento foi de R\$ 1,14 milhão. Quanto aos serviços de telefonia móvel, prestados pela operadora TIM, analisando o mesmo período, a média de faturamento mensal foi de R\$ 136,25 mil.

Em relação aos serviços de transmissão de dados e wireless, a Oi/Telemar (empresa prestadora desses serviços ao Estado) aderiu ao SIPC para quitação das faturas por meio de descentralização. Nesse passo, após a implementação das rotinas necessárias, o faturamento abarcado pelo SIPC em 2016 somou R\$ 39,92 milhões.

Na área de distribuição de água e esgoto, no 1º quadrimestre de 2016, foram faturados R\$ 34,06 milhões. Destaque-se que a CEDAE comprehende cerca de 60,5% deste total.

Gráfico 12

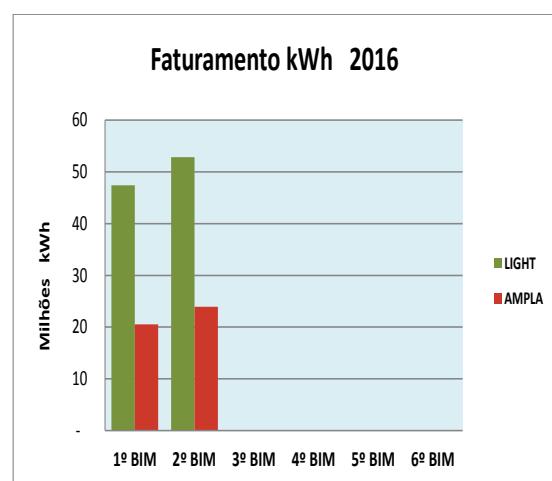


Tabela 40

Fat. Acumulado por Serviço de Água e Esgoto

FAVORECIDOS	1º Quadrimestre / 16
ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS	82
ÁGUAS DE NITERÓI	2.290
ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO	210
ÁGUAS DO IMPERADOR	210
ÁGUAS DO PARAÍBA	2.598
CEDAE	20.594
FÓZ ÁGUAS	6.952
C. ÁGUAS DE JUTURNAÍBA	253
PROLAGOS	346
SAAE/B. MANSA	189
SAAE/V. REDONDA	338
Total Faturado	34.062

Fonte: Faturamento enviado pelas Concessionárias



VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

Em fevereiro de 2010, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, pelo qual deveria quitar seu estoque de precatórios em 15 anos, conforme sistemática do art. 97, § 1º, inciso II, do ADCT.

Dando cumprimento às regras do Regime Especial adotado, o Estado do Rio de Janeiro realizou tempestivamente as transferências dos recursos financeiros ao Tribunal de Justiça para realização dos pagamentos nos anos de 2010, 2011 e 2012.

Com a promulgação da Lei Complementar Estadual nº 147, de 27 de junho de 2013, de iniciativa conjunta do Poder Judiciário e Executivo, o Estado foi autorizado a utilizar 25% dos depósitos judiciais para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor, mantendo-se fundo de reserva para garantir a restituição ou pagamentos referentes aos depósitos.

Assim, em dezembro de 2013, utilizando os recursos provenientes dos depósitos judiciais, o Estado quitou todos os precatórios pendentes até o orçamento de 2013.

Em 2014 e 2015, o Estado se manteve adimplente com os precatórios, pois quitou tempestivamente os precatórios inscritos para aqueles exercícios orçamentários.

Para o ano de 2016, a previsão de pagamentos de precatórios é de aproximadamente R\$ 1,50 bilhão.

No 1º quadrimestre deste ano, R\$ 3,46 milhões em precatórios judiciais foram pagos. Os recursos utilizados para esses pagamentos foram oriundos de devoluções de pagamentos realizados no Regime Especial, em exercícios anteriores.



Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 1º quadrimestre de 2016, 396 requisições de pequeno valor, no montante total de R\$ 4,64 milhões, foram pagas pelo Tesouro Estadual.

As requisições de pagamento judicial não ultrapassam individualmente o equivalente a 40 vezes o salário mínimo e possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º do art. 100 da Constituição Federal²⁹. Destaque-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, uma vez que são sentenças judiciais transitadas em julgado.

Tabela 41

PAGAMENTOS DE RPV - 1º QUADRIMESTRE DE 2016		
MÊS	QUANTIDADE	R\$ mil
JANEIRO	2	3.375,11
FEVEREIRO	37	304.096,66
MARÇO	168	1.975.480,58
ABRIL	189	2.357.067,25
TOTAL	396	4.640.019,60

Fonte: SUCADP em 30/04/2016

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

No 1º quadrimestre de 2016, somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram pagos R\$ 8,10 milhões.

VI.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública

O Tesouro Estadual desembolsou, no 1º quadrimestre de 2016, R\$ 2,06 bilhões com o serviço da dívida³⁰. A importância desembolsada foi 9,8% inferior ao valor pago no mesmo período do ano anterior.

Esta variação foi influenciada pela redução do serviço da dívida intralimite, 18,2% inferior ao pago no 1º quadrimestre de 2015.

Do total pago no 1º quadrimestre de 2016, R\$ 1,44 bilhão foi referente à dívida intralimite³¹. Neste período, não houve amortização de resíduo, sendo incorporados R\$ 23,23 milhões.

²⁹ O §3º do art. 100 da Constituição Federal dispõe o seguinte: “O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado”.

³⁰ Serviço da dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

³¹ Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidas as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:



Além disso, o pagamento da dívida da Administração Indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual³² alcançou R\$ 3,19 milhões, 60,2% inferior ao 1º quadrimestre de 2015.

Tabela 42

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							R\$ mil
	1º Quad. 2015			1º Quad. 2016			Δ % do total no ano
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	1.258.806	1.032.070	2.290.876	947.403	1.117.650	2.065.053	-9,86%
INTRALIMITE	950.516	810.331	1.760.847	611.887	828.650	1.440.538	-18,19%
EXTRALIMITE	308.290	221.739	530.029	335.516	288.999	624.515	17,83%
INTERNA	212.679	153.080	365.758	143.426	224.326	367.752	0,55%
EXTERNA	95.611	68.659	164.270	192.090	64.673	256.763	56,31%
ADM. INDIRETA HONRADA	6.660	1.353	8.013	1.807	1.380	3.187	-60,23%
TOTAL	1.265.466	1.033.423	2.298.889	949.210	1.119.030	2.068.240	-10,03%

Informações complementares:

Valor devido intra-limite	598.039	810.331	1.408.370	694.333	856.370	1.550.704	10,11%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	950.516	810.331	1.760.847	671.104	856.370	1.527.474	-13,25%
Amortização do resíduo	(352.477)	-	(352.477)	23.230	-	23.230	-106,59%

*Valores pagos a preços correntes.*** No cálculo do valor da amortização do resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência*

No tocante aos pagamentos da dívida externa, houve aumento de 56,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento foi decorrente da desvalorização do real frente ao dólar. Ressalta-se, contudo, que o montante pago de dívida externa representa apenas 12,4% do total de serviço pago.

Gráfico 13
Composição por índices de correção



I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;

II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;

III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;

IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;

V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;

VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;

VII – as despesas referentes à principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

³² A administração indireta, cuja dívida é honrada com recursos do Tesouro Estadual, é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.



Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 1º quadrimestre de 2016, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 102,42 bilhões, 10,2% maior que o mesmo período do ano anterior.

O estoque da dívida interna cresceu 8,2%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Parte desse aumento é justificada pelo ingresso de recursos de operações, que se encontram em fase de desembolso, pela variação do IGP-DI³³ e pela valorização do dólar, que afetou os contratos de dívida interna firmados junto ao Banco do Brasil, corrigidos pela moeda norte americana.

Tabela 43

	R\$ mil		
	1º Quad. 2015	1º Quad. 2016	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	92.957.548	102.420.009	10,18%
INTERNA	82.540.159	89.345.841	8,25%
Dívida com a União	66.266.368	67.967.251	2,57%
Outras Dívidas Contratuais	16.273.791	21.378.589	31,37%
EXTERNA	10.290.501	12.936.727	25,72%
Com Aval do Tesouro Nacional	10.285.919	12.931.481	25,72%
Mobiliária	4.582	5.246	14,50%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	126.888	137.442	8,32%
DÍVIDA FINANCEIRA	92.957.548	102.420.009	10,18%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI (*)	40.668.793	35.575.137	-12,52%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,29	2,88	25,95%

Valores a preços correntes.

(*) Valor do 1º Quad./16 provisório.

³³ A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados, prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior. A variação do IGP-DI no 1º quadrimestre equivale a 1,9% (jan/16 a abr/16) e nos últimos 12 meses, a 10,4% (mai/15 a abr/16).



O estoque da dívida externa, que corresponde a 12,6% do total da dívida financeira, encerrou o 1º quadrimestre de 2016 com saldo de R\$ 12,94 bilhões, ou seja, 25,7% superior ao 1º quadrimestre de 2015, consequência da entrada de recursos das operações de crédito e da desvalorização do real frente ao dólar³⁴.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta fechou o 1º quadrimestre de 2016 em R\$ 137,44 milhões, representando aumento de 8,3% em relação ao saldo verificado em abril de 2015.

Tabela 44

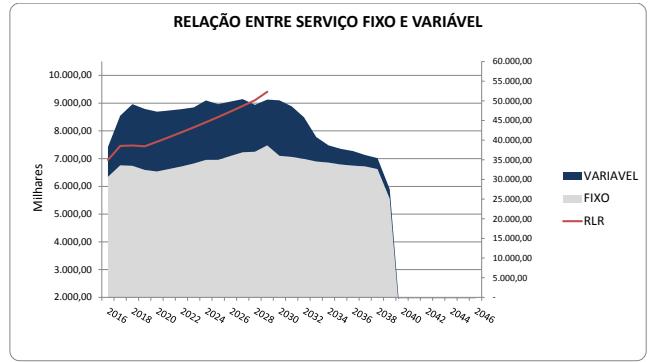
COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS R\$ mil			
Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	875.531	1,09%	0,85%
2,1 - 4	180.287	0,22%	0,18%
4,1 - 6	69.817.843	86,66%	68,17%
acima de 6,1	9.688.346	12,03%	9,46%
Subtotal	80.562.007	100,00%	78,66%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	9.803.227	44,85%	9,57%
2,1 - 4	2.176.574	9,96%	2,13%
4,1 - 6	9.878.201	45,19%	9,64%
Subtotal	21.858.002	100,00%	21,34%
Total	102.420.009		100,00%

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 78,6% do estoque. Desse montante, 86,6% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,1% e 6,0%. A taxa média geral dos contratos é de 5,7%.

Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR, até outubro de 2029.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2043, os vencimentos de curto prazo³⁵ representam 8,0%, e desse percentual, apenas 1,4% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, até 2029, o serviço a pagar apresenta crescimento homogêneo no tempo, seguindo a evolução da RLR³⁶. No exercício seguinte, em 2030, haverá queda no serviço, dado que, a partir de novembro de 2029, sob as regras atuais, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização, em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR, no contrato de Refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97.

Gráfico 14

³⁴ A cotação do dólar norte-americano (USD), no dia 30 de abril de 2016, foi de R\$/US\$ 3,4508, 15,3% superior à cotação do dia 30 de abril de 2015, equivalente a R\$/US\$ 2,9936.

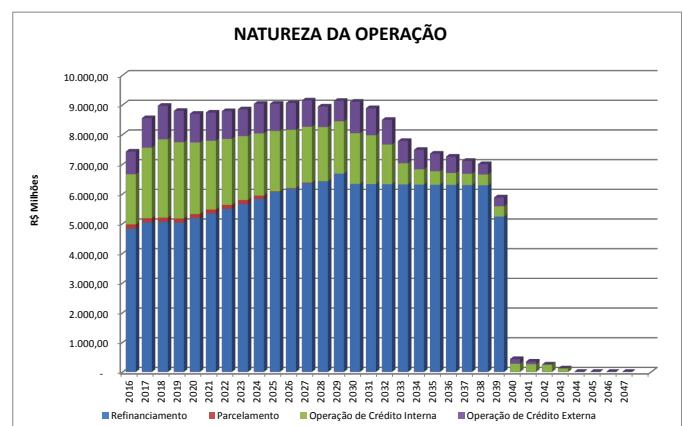
³⁵ Dívidas vincendas até o exercício seguinte.

³⁶ Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 a 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal, assinado em 15/04/2010, e, para a projeção dos exercícios seguintes, aplica-se taxa de crescimento real de 3% ao ano.

**Gráfico 15**

O Gráfico 14 apresenta a relação entre o serviço a pagar, vinculado às taxas variáveis e fixas. Vale ressaltar que os custos variáveis não ultrapassam o patamar de 25% até o ano de 2029. O Gráfico 15 apresenta o serviço a pagar por natureza da operação. Embora o Estado venha contratando novas operações de crédito, interna e externa, a União ainda é a maior credora do Estado.

Ainda, o prazo médio de amortização³⁷ atingiu 9,1 anos e o prazo médio de repactuação³⁸, 11,6 anos.

**Análise de Sensibilidade Por Variável Chave**

A análise de sensibilidade tem por objetivo mensurar as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chaves, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

Tabela 45

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGP-DI	64,48%	66.433.062,69	IGP-DI	63,87%	64.687.277,26	IGP-DI	67,68%	76.618.554,47
DÓLAR	23,50%	24.215.155,32	DÓLAR	23,91%	24.215.155,32	DÓLAR	21,39%	24.215.155,32
TR	0,98%	1.005.694,56	TR	0,99%	1.005.694,56	TR	0,89%	1.005.694,56
TJLP	6,70%	6.899.719,37	TJLP	6,81%	6.899.719,37	TJLP	6,09%	6.899.719,37
LIBRA	0,01%	5.246,02	LIBRA	0,01%	5.246,02	LIBRA	0,00%	5.246,02
IENE	0,11%	109.801,07	IENE	0,11%	109.801,07	IENE	0,10%	109.801,07
SELIC	1,64%	1.685.596,68	SELIC	1,66%	1.685.596,68	SELIC	1,49%	1.685.596,68
IPCA	2,40%	2.471.334,26	IPCA	2,44%	2.471.334,26	IPCA	2,18%	2.471.334,26
S/ CORREÇÃO	0,20%	203.786,11	S/ CORREÇÃO	0,20%	203.786,11	S/ CORREÇÃO	0,18%	203.786,11
TOTAL	100,00%	103.029.396	TOTAL	100,00%	101.283.611	TOTAL	100,00%	113.214.888

abr/17

IGP-DI

A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista, com variação acumulada de -3,4% a.a. e 14,4% a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI, a diferença no total da dívida, em valores absolutos, entre o cenário otimista e pessimista, alcança aproximadamente R\$ 11,9 bilhões e, em valores relativos, de 11,8%.

³⁷ Prazo médio de amortização significa o período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas.

³⁸ Prazo médio de repactuação de taxas significa o período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).



Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada a composição da dívida em índices, a variação equivale a apenas 3,8% na participação do IGP-DI no total da dívida. O impacto representa partir de 63,8% no cenário otimista para 67,7% no cenário pessimista.

A título de ilustração, o Índice Geral de Preços – IGP-DI é calculado pela FGV com base nos preços coletados entre os dias 1º e 30 do mês de referência. A variação do índice em março de 2016 foi de 0,43% e 0,36%, em abril de 2016. Em abril de 2015, a variação foi de 0,92%. No acumulado de 2016, o IGP-DI variou 3,15%. No mesmo período do ano anterior, o índice elevou-se 3,37%.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) registrou variação de 0,29%, em abril. No mês anterior, o índice apresentou variação de 0,37%.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou variação de 0,49%, em abril, ante 0,5%, no mês anterior. Seis das oito classes de despesa componentes do índice apresentaram decréscimo em suas taxas de variação.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) registrou, em abril, taxa de variação de 0,55%, abaixo do resultado de 0,64% do mês anterior.

Moeda Estrangeira e Libor

Em relação ao dólar, no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado à moeda norte-americana passou de R\$ 18,10 bilhões para 22,78 bilhões e de 19,5% para 22,2% no total da composição da dívida. Esse aumento deu-se em função de desembolsos ocorridos no período referentes a operações de crédito já assinadas junto a organismos internacionais e junto ao sistema financeiro nacional, todas atreladas à moeda norte americana.

A Tabela 46 e a Tabela 47 demonstram o quanto variam o serviço e o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de uma oscilação de dez pontos percentuais (10 p.p.) nas variáveis

Gráfico 16

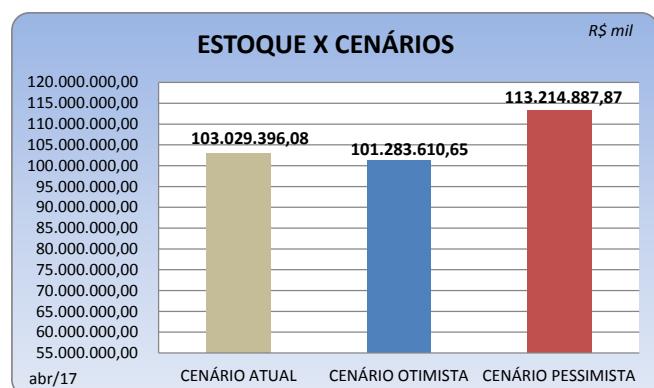


Tabela 46

Variável Chave	Variação	Serviço	%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+194.240,82	+2,495
Iene Japonês	+10%	+6.186,57	+0,079
Libor	+1,0%	+347.137,67	+4,459

Tabela 47

Variável Chave	Variação	Estoque	%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+2.421.515,53	+2,350
Iene Japonês	+10%	+10.980,11	+0,011



chaves e o quanto varia o serviço, no mesmo período, em função de uma oscilação de 1 ponto percentual na taxa libor.

Verifica-se, na Tabela 46, que a variação no serviço anual não apresenta alta sensibilidade à maioria das variáveis chaves no curto prazo. O impacto da oscilação de um ponto percentual (1 p.p.) na Libor se reflete em acréscimo de R\$ 347,1 milhões ao serviço anual da dívida, ou seja, pouco mais de 4,5%. Esse representa o maior risco de curto prazo.

Analizando-se o estoque ao final dos próximos 12 meses, conforme Tabela 47, observa-se que o aumento de 10 pontos percentuais no dólar americano e no iene japonês, gera aumento de, no máximo, 2,4 % e 0,01% em relação ao estoque vinculado a essas moedas, respectivamente.

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 886,89 milhões de receita oriunda de operações de crédito nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril:

- R\$ 445,06 milhões destinados à infraestrutura da linha 4 do metrô e expansão da linha 1 - Fase II ADICIONAL II (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 206,75 milhões destinados ao Programa de Melhorias e Implantação da Infraestrutura Viária do E.R.J. - PROVIAS (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 86,25 milhões destinados ao Programa de Obras Complementares do Arco Metropolitano do R.J. (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 52,55 milhões destinados ao Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara - PSAM (recursos provenientes do BID);
- R\$ 26,19 milhões destinados ao Programa Estadual de Transportes II Adicional – PET II Adic. (recursos provenientes do BIRD);



- R\$ 13,78 milhões destinados ao Programa Saneamento para Todos (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 13,53 milhões destinados ao Programa Saneamento para Todos II (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 12,72 milhões destinados ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J - PROFAZ (recursos provenientes do BID);
- R\$ 12,23 milhões destinados ao Programa de Inclusão Social e Geração de Oportunidades para Jovens Moradores de Áreas Pacificadas do RJ - INCLUSÃO I – SEASDH (recursos provenientes do BID);
- R\$ 6,54 milhões destinados para o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Micrabortas Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 5,10 milhões para o Programa de Fortalecimento da Gestão do Setor Público e do Desenvolvimento Territorial - PRÓ-GESTÃO II (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 2,87 milhões destinados para o Financiamento Adicional ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Micrabortas Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 2,27 milhões destinados para o Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 664,65 mil destinados ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD); e
- R\$ 363,24 mil destinados à Infraestrutura da linha 4 do metrô e expansão da linha 1 - Fase II (recursos provenientes do BNDES).

**Tabela 48****Cronograma de Liberações****Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal**

Data: 30/04/2016

R\$ mil

	2016		2017/19
	Liberado (1)	a Liberar (2)	a Liberar (2)
1. Operações de Crédito Contratadas	886.895	2.297.632	2.110.102
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	472.743	298.454	662.314
1. EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - BNDES	-	6.827	-
2. SANEAMENTO PARA TODOS I - CAIXA	13.782	77.543	190.190
3. DELEGACIA LEGAL - BNDES	-	9.217	-
4. PMAE II - BNDES	-	1.593	-
5. CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA	-	20.040	-
6. VIALIGHT - CAIXA	-	25.907	233.160
7. METRÔ LINHA 4 (Estudos e Pesquisas) - BNDES	363	1.286	-
8. PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA	13.532	92.481	238.964
9. PROCOI - CAIXA	-	63.561	-
10. METRÔ / PRÓ ML4 ADICIONAL II - BNDES	445.066	-	-
Demais	414.152	1.999.179	1.447.788
11. PET II - BIRD	665	2.279	28.503
12. RIO RURAL I - BIRD	6.540	5.517	-
13. PROFAZ - BID	12.723	14.129	-
14. PRÓ-GESTÃO I -BIRD	2.270	23.542	-
15. PRODETUR - BID	-	138.032	125.161
16. PSAM - BID	52.548	886.295	474.976
17. PET II Adicional - BIRD	26.191	418.474	443.324
18. PROVIAS - CAF	206.755	188.277	-
19. ARCO METROPOLITANO	86.247	67.733	-
20. INCLUSÃO SOCIAL - BID	12.236	53.838	117.660
21. RIO RURAL ADICINAL FA - BIRD	2.875	150.815	156.798
22. PRÓ-GESTÃO II - BIRD	5.103	50.247	101.366
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	-	-
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF	-	1.989.210	-
Total	886.895	4.286.843	2.110.102

Fonte: SOC - Sistema de Operações de Crédito, 2016.

(1) Valores realizados em 2016, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de abr/2016

**Tabela 49****Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso**

Data: 30.04.2016

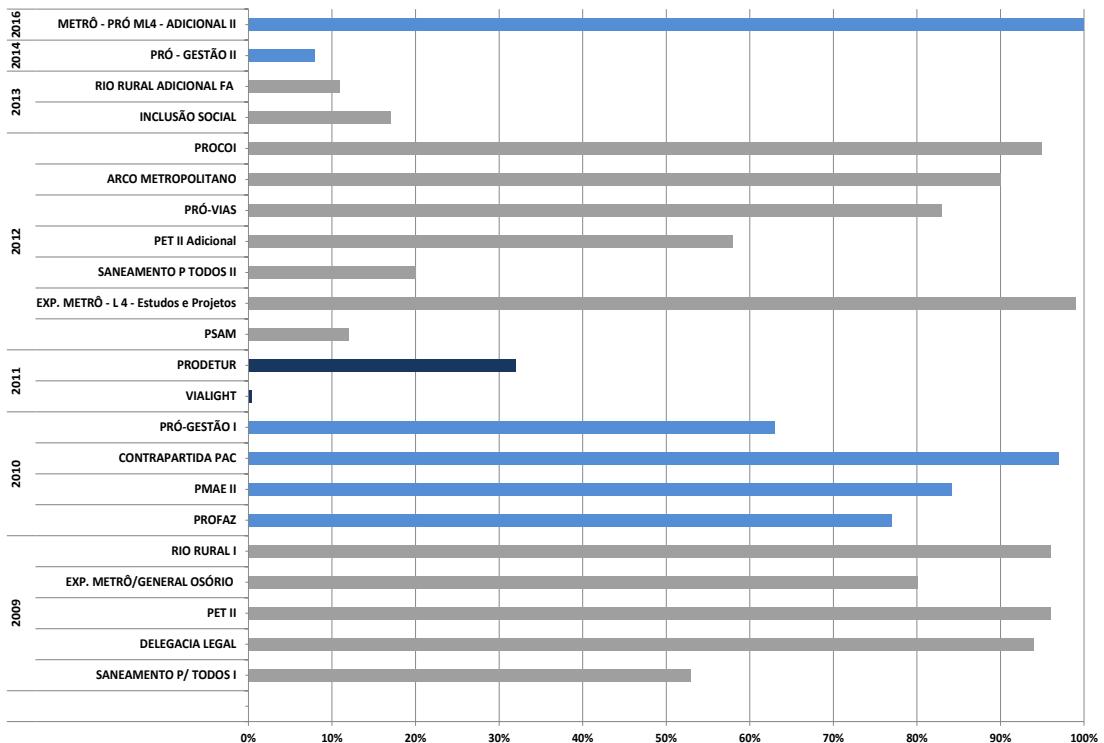
DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ORGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
					CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
2009									
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I	CAIXA	CEDAE	REAL	558.000.000,00	293.723.606,04	53%	558.000.000,00	293.723.606,04
10/08/2009	DELEGACIA LEGAL	BNDES	SEOBRAS	URTIJP	79.530.718,1067	74.900.470,6226	94%	158.310.745,77	147.863.242,33
24/09/2009	PET II	BIRD	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,00	202.779.668,74	96%	730.534.360,00	390.252.848,91
25/11/2009	EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	BNDES	RIO TRILHOS	URTIJP	17.202.587,2014	13.772.924,3494	80%	34.242.799,18	27.188.854,50
14/12/2009	RIO RURAL I	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	39.500.000,00	37.901.248,19	96%	136.306.600,00	82.731.104,51
2010									
10/05/2010	PROFAZ	BID	SEFAZ	DÓLAR	19.759.050,00	15.124.600,12	77%	68.184.529,74	39.451.613,91
26/05/2010	PMAE II	BNDES	SEPLAG	URTIJP	5.056.532,6633	4.256.348,7751	84%	10.065.336,71	8.402.372,99
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC	CAIXA	SEOBRAS	URTIJP	307.002.052,9005	296.848.677,73	97%	611.106.313,42	586.006.600,71
22/11/2010	PRÓ-GESTÃO I	BIRD	SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	11.850.885,47	63%	64.436.788,40	30.293.383,65
2011									
28/06/2011	VIALIGHT	CAIXA	SEOBRAS	REAL	259.138.332,31	1.067.889,51	0%	259.138.332,31	1.067.889,51
08/08/2011	PRODETUR	BID	SEOBRAS	DÓLAR	112.000.000,00	35.729.736,66	32%	386.489.600,00	82.010.531,92
2012									
20/03/2012	PSAM	BID	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	55.250.000,00	12%	1.559.692.584,00	147.137.175,00
12/06/2012	EXP. METRÔ - L 4 - Estudos e Projetos	BNDES	RIO TRILHOS	URTIJP	80.014.240,95	79.368.240,36	99%	159.273.227,48	156.682.298,62
22/06/2012	SANEAMENTO P TODOS II	CAIXA	CEDAE	REAL	415.372.248,98	83.927.573,26	20%	415.372.248,98	83.927.573,26
05/09/2012	PET II Adicional	BIRD	SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	350.261.442,73	58%	2.070.480.000,00	1.106.494.477,20
13/09/2012	PRÓ-VIAS	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	319.675.000,00	265.114.581,62	83%	1.103.134.490,00	748.079.880,68
05/12/2012	ARCO METROPOLITANO	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	200.000.000,00	180.371.777,63	90%	690.160.000,00	454.766.741,91
20/12/2012	PROCOI	CAIXA	SEOBRAS	REAL	1.199.871.427,00	1.136.310.761,55	95%	1.199.871.427,00	1.136.310.761,55
2013									
22/02/2013	INCLUSÃO SOCIAL	BID	SEELUE	DÓLAR	60.000.000,00	10.302.014,24	17%	207.048.000,00	31.839.908,64
19/08/2013	RIO RURAL ADICIONAL FA	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	100.000.000,00	10.857.575,30	11%	345.080.000,00	31.820.048,80
2014									
30/04/2014	PRÓ - GESTÃO II	BIRD	SEOBRAS	DÓLAR	48.000.000,00	4.064.420,01	8%	165.638.400,00	11.102.757,93
2016									
26/02/2016	METRÔ - PRÓ-ML4 ADICIONAL II	BNDES	SEOBRAS	REAL	222.405.561,96	222.405.561,96	100%	222.405.561,96	222.405.561,96
26/02/2016	METRÔ - PRÓ-ML4 ADICIONAL II	BNDES	SEOBRAS	URTIJP	112.010.996,3240	112.010.996,3237	100%	222.405.561,96	222.659.979,52

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC/SEFAZ



Gráfico 17

OPERAÇÕES CONTRATADAS EM FASE DE DESEMBOLSO
PERCENTUAL LIBERADO POR CONTRATO



Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ



VI.7 Acompanhamento Financeiro de Convênios³⁹

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 1º quadrimestre de 2016 com 520 Convênios de Despesa e 313 Convênios de Receita vigentes⁴⁰.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são aqueles celebrados no âmbito do *Programa Somando Forças*⁴¹. Na esfera dos Convênios de Receita, o *Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC*⁴² engloba os investimentos de maior relevância.

Os Convênios de Despesa vigentes, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer, encerram o 1º quadrimestre de 2016 com o montante total de R\$ 4.298,3 milhões².

Os Convênios de Receita vigentes, abrangendo programas em segurança, infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer, encerram o 1º quadrimestre com o montante total de R\$ 8.381,7 milhões².

³⁹ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Rio de Janeiro - SIAFE-Rio.

⁴⁰ Convênios de Receita são aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa são aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro destina seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Esta categoria é conhecida também como modalidade de transferência voluntária de recursos.

⁴¹ Decreto nº 42.384, de 29 de março de 2010.

⁴² Lei nº 11.578/2007 regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.



VI.8 Análise de Viabilidade Econômica de PPPs

No primeiro quadrimestre de 2016, o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas – PROPAR, destinado a disciplinar e promover a realização de parcerias público-privadas no âmbito da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro deu prosseguimento à estruturação dos projetos, quais sejam:

PPP RIO IMAGEM: Projeto de Implantação, Operacionalização e Gestão de Serviços de Diagnóstico por Imagem do Programa Rio Imagem, apresentado pela Secretaria Estadual de Saúde, para a aquisição, instalação e manutenção de equipamentos de imagens fixos e móveis, atendendo a uma população de 16 milhões de habitantes de 92 municípios. A proposta preliminar foi elaborada pela International Finance Corporation – IFC, organismo multinacional vinculado ao Banco Mundial.

PPP LINHA 3: Projeto de mobilidade urbana, dentro de modelos racionais e que melhor se apliquem, com o concurso da iniciativa privada, entre as cidades de Niterói e São Gonçalo, numa extensão de trajeto de 22 km, e a viabilização da Linha 3 do metrô entre estações de Arariboia e Guaxindiba (próximo da BR 101), beneficiando cerca de 1,7 milhão de pessoas ou 350 mil passageiros/dia. Os estudos técnicos aguardam reavaliação.

PPP SANEAMENTO: Projeto destinado à implementação de serviços de saneamentos a regiões da Baixada Fluminense e Bacia do Rio Guandu, beneficiando uma população de 12 milhões de pessoas. O intuito é alcançar de forma progressiva a total despoluição da Baía de Guanabara. Os estudos técnicos estão sendo elaborados pela Empresa Brasileira de Projetos – EBP.

É importante ressaltar que, conforme determina o Procedimento de Manifestação de Interesse, regido pelo Edital PMI nº 001/2015, a EBP não poderá participar da futura realização do projeto.

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE comunicou que emitirá Edital de PMI para estruturação de parceria que execute a prestação de serviços de saneamento em comunidades carentes do Município do Rio de Janeiro nas quais estejam instaladas as Unidades de Polícia Pacificadora – UPP.



Foram apreciados também pelo Conselho Gestor do PROPAR – CGP dois projetos da área fiscal, apresentados pela SEFAZ-RJ, e que têm por objeto o incremento da arrecadação tributária, quais sejam:

PPP BARREIRA FISCAL: Projeto de PPP para fortalecimento e a modernização dos serviços de fiscalização tributária empreendidos pela SEFAZ, em 6 postos fiscais existentes em rodovias federais e estaduais, próximos às divisas estaduais com São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, e em pontos estratégicos da malha rodoviária fluminense.

PPP CIDADANIA FISCAL: Projeto que visa estimular os agentes de mercado e contribuintes de ICMS a cumprirem com seu dever de emissão da Nota Fiscal de Consumidor eletrônica (NFC-e).

O Conselho apreciou ainda a Manifestação de Interesse, elaborada pela empresa Delloite, para a construção, operação e manutenção de infraestrutura de novas unidades escolares e a Manifestação de Interesse, apresentada em conjunto pela Promulti Engenharia, Infraestrutura e Meio Ambiente Ltda e a Ruy Rezende Arquitetura Ltda, para a criação de parque sustentável na área do antigo lixão do Parque Marambaia em Nova Iguaçu/RJ. Ambas foram aceitas e ainda foi determinado o início do PMI, conforme dispõe o Decreto nº 45.294.

Por fim, ressalta-se que a Secretaria Executiva do CGP tem sob análise outros projetos, apontados a seguir, para os quais ainda não foi determinada a mais adequada modalidade de concessão, comum ou PPP. A execução destes projetos promoverá um impacto positivo na realidade socioeconômica e ambiental do Estado:

- **Linha 2**

Implantação e operação de extensão da Linha 2 do metrô do Rio de Janeiro. Trecho: Praça XV até Estácio.

- **Construção e Modernização de Escolas**

Reforma e manutenção predial do Edifício Lúcio Costa, no município do Rio de Janeiro, por meio da constituição de um fundo imobiliário.



- **Modernização de instalações da Polícia Militar**

Permuta de ativos para modernização do 6º batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

- **Banerjão**

Reforma e manutenção predial do Edifício Lúcio Costa, através da constituição de um fundo imobiliário.

- **Transposição de águas**

Implantação de túnel de transposição de águas do reservatório de Vigário para o de Ponte Coberta, no complexo de Lajes, no município de Pirai.

VI.9 Captação de Recursos

No primeiro quadrimestre de 2016, foi contratada uma operação de crédito com o BNDES, no valor de R\$ 444.811.123,92, vinculando recursos adicionais ao projeto que visa a Implantação da Linha 4 do metrô (operação PRO-ML4 Adicional II).

A operação foi autorizada, por meio da Lei nº 7.073, de 7 de outubro de 2015, e o contrato de empréstimo foi formalizado em 26 de fevereiro de 2016.

A Linha 4 do metrô viabilizará o transporte de cerca de 300 mil passageiros/dia. O projeto metroviário tem extensão aproximada de 16 km, a partir de uma interligação com a Linha 1 (próximo à estação Cantagalo) e da expansão da atual Estação General Osório. Seis novas estações serão criadas: Nossa Senhora da Paz (Ipanema), Jardim de Alah, Praça Antero de Quental (Leblon), Gávea, São Conrado e Jardim Oceânico (Barra da Tijuca).

Além de atender a um compromisso histórico com a população carioca, visa também ao atendimento do compromisso assumido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro com o Comitê Olímpico Internacional – COI, com vistas à realização dos Jogos Olímpicos 2016.